



ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO LIMA

OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM

AIGP ZIF Arcos de Valdevez

(Despacho n.º 12447-D/2021)



Dezembro 2023

INTRODUÇÃO	3
Capítulo A. TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM	4
A.1. Projeto de Paisagem Futura.....	4
a. Planta da ocupação do solo atual (POSA)	4
b. Planta da ocupação do solo futura (POSP).....	4
c. Matriz de transformação da paisagem	7
A.2. Fundamentação das soluções adotadas na proposta.....	9
Capítulo B. PROGRAMA DE EXECUÇÃO	53
B.1. Unidades de Intervenção	53
a. Mapeamento das unidades de intervenção	55
b. Quadro das unidades de intervenção	55
B.2. Modelo de Exploração Florestal	63
B.3. Modelo de Intervenção em Áreas Agrícolas	65
Capítulo C. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	66
C.1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem.....	66
a. Investimento global estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	66
b. Síntese do investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem	66
C.2. Sistemas Culturais Elegíveis para Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas	67
a. Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas.....	67
C.3. Demonstração da Sustentabilidade Económica e Financeira da Proposta.....	67
Capítulo D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO	69
D.1. Carta da Situação Cadastral e de Adesão	69
D.2. Modelo de Gestão e Contratualização	69
a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora.....	69
b. Modelo de acesso a execução dos financiamentos	69
c. Modelo de contratualização de compromissos	70
d. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado.....	70
e. Síntese com identificação dos proprietários, respetivos prédios e modalidades de contratos	71
Capítulo E. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	72
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

As Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) são uma das medidas programáticas de intervenção no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem criadas com a finalidade de promover a gestão e exploração comum dos espaços agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio. Visam uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural.

A AIGP ZIF Arcos de Valdevez foi constituída pelo Despacho n.º 12447-D/2021 de 21 de Dezembro, com a área de 1031,2 ha, promovida pela Associação Florestal do Lima.

A AIGP é objeto de uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) que define, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operação, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar.

A Associação Florestal do Lima, entidade gestora da AIGP ZIF Arcos de Valdevez, propõe-se a elaborar a proposta de OIGP, promover a participação e adesão voluntária dos proprietários à OIGP, promover a divulgação e prestar os esclarecimentos necessários relativos às medidas e apoios existentes para a concretização das ações previstas na OIGP, executar a OIGP, desenvolvendo as ações necessárias à sua concretização, monitorizar a execução da OIGP, prestar apoio técnicos aos proprietários abrangidos pela OIGP, contratar e capacitar recursos humanos e técnicos e celebrar os demais contratos necessários à execução da OIGP, instruir e submeter candidaturas aos diversos regimes de apoio disponibilizados e apoiar o município de Arcos de Valdevez nas operações de execução de cadastro necessárias à obtenção da configuração geométrica dos prédios que integram a AIGP.

Para a promoção e execução da OIGP são disponibilizados apoios públicos nomeadamente apoio à entidade gestora para elaboração da proposta de OIGP e apoio à execução da OIGP, conjugando, para a mesma área, apoios ao investimento de reconversão e valorização de curto prazo, apoios à manutenção e gestão a médio prazo a apoios à remuneração dos serviços dos ecossistemas.

O presente trabalho é financiado pela União Europeia no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Capítulo A. TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

A.1. Projeto de Paisagem Futura

a. Planta da ocupação do solo atual (POSA)

A planta de ocupação do solo atual foi elaborada tendo por base a cartografia de ocupação do solo mais recente (COS 2018 - DGT), considerando o nível de desagregação 4 da respetiva nomenclatura. Com base nesta informação de base, foi efetuada, em 2023, a atualização da ocupação do solo com a validação no terreno na informação constante da COS.

A área territorial da AIGP é maioritariamente espaço florestal, em cerca de 80% do território, constituído por povoamentos florestais e matos. A agricultura é a segunda ocupação deste espaço, ocupando cerca de 15% desta área sendo a restante área ocupada por outros usos designadamente territórios artificializados e cursos de água naturais.

Relativamente aos povoamentos florestais, atualmente a espécie dominante é o eucalipto que representa mais de 50% dos povoamentos, seguida dos carvalhos e outras folhosas, com 35%. Seguem, em termos relativos, o pinheiro bravo, com 14% da área total de povoamento florestal.

No anexo 1. é apresentada a planta de ocupação do solo atual.

b. Planta da ocupação do solo futura (POSP)

A planta de ocupação do solo proposta foi elaborada tendo por base as orientações para o projeto de paisagem estabelecidas no quadro de referência de apoio à elaboração das propostas de OIGP. O desenho da paisagem futura foi sustentado na estratégia de transformação da paisagem considerando as características biofísicas e edafoclimáticas do território, a aptidão do solo e os fatores que permitem reduzir a perigosidade e a vulnerabilidade ao fogo. A POSP foi desdobrada em 3 níveis de informação, nomeadamente:

- **Unidades de Ocupação do Solo** que cobrem a totalidade da área da OIGP, com o nível de desagregação 4 da nomenclatura da COS 2018. A paisagem proposta vai ter uma ocupação maioritariamente constituída por povoamentos florestais, ocupando cerca de 62% do território, seguida da agricultura que mantém a mesma área e com uma redução significativa da proporção de espaço florestal ocupado por matos.

No anexo 2. é apresentada a planta de ocupação do solo proposta.

- **Estruturas de Paisagem** – O modelo de paisagem considerou a bacia hidrográfica como unidade de planeamento, sendo o sistema de festos e talvegues a estrutura de suporte sobre o qual foram identificadas as estruturas de paisagem: a estrutura ecológica e a estrutura de resiliência.

A estrutura ecológica, assegura o funcionamento ecológico da paisagem e a conservação dos recursos naturais e inclui o sistema húmido, constituído pelos cursos de água permanentes e temporários, massas de água e fundos de vales, e o sistema seco, constituído por cumeadas com cabeços e cabeceiras associados. Inclui ainda outras áreas de vegetação natural de especial relevância para a conservação da natureza, nomeadamente a área integrante do Sítio de

Importância Comunitária (SIC) Rio Lima, e as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) associadas ao ciclo hidrológico. Apresenta-se no quadro infra o resumo dos elementos integrantes da estrutura ecológica:

Tipologia	Quantidade (ha)
Cursos de água	184,20
Cumeadas	493,49
Áreas relevantes para a conservação da natureza	27,11
Áreas REN associadas ao ciclo hidrológico	119,91

Tabela 1 – Estrutura ecológica

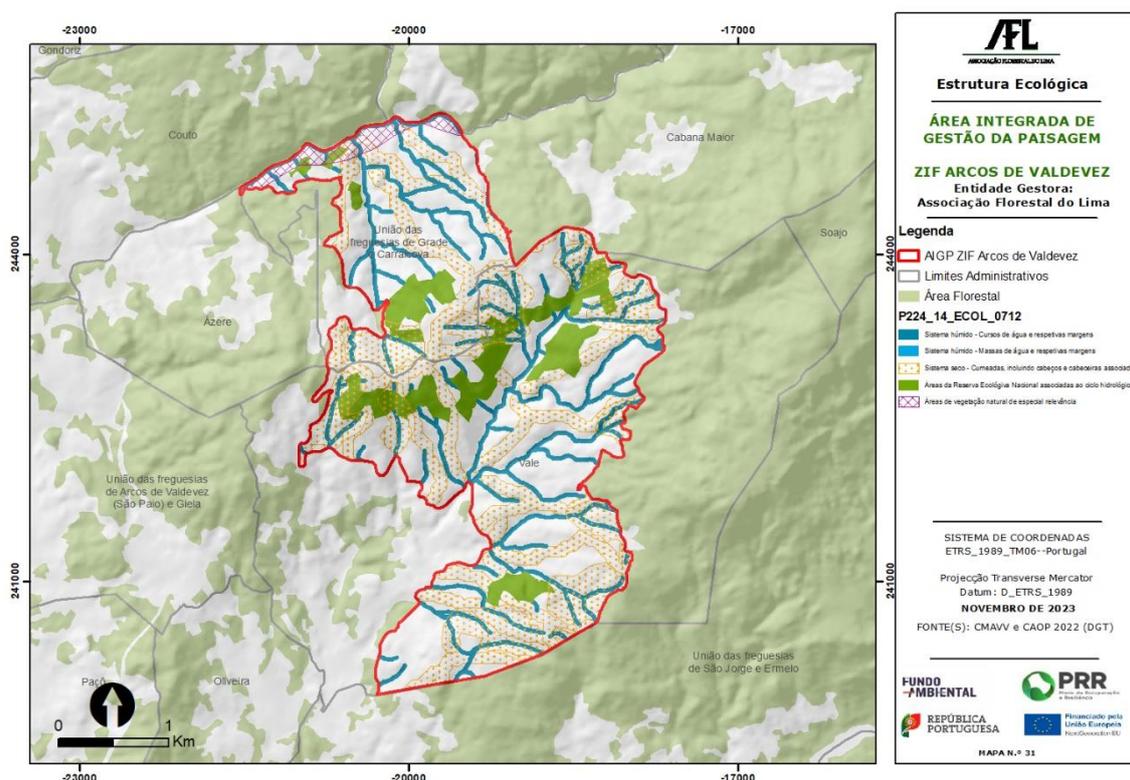


Figura 1 – Estrutura ecológica

A estrutura de resiliência aos fogos rurais, garante a criação de descontinuidades na paisagem e a redução da velocidade e intensidade dos fogos. Está associada às faixas de gestão de combustível e a áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, constituindo áreas de diversidade na ocupação e uso do solo, onde serão implementadas medidas de gestão de combustível e de alteração da composição.

Apresenta-se no quadro infra o resumo dos elementos integrantes da estrutura de resiliência:

Tipologia	Quantidade (ha)
Rede primária FGC	84,71
Rede secundária FGC	32,60
Mosaicos de Gestão de Combustível	174,39

Tabela 2 – Estrutura de resiliência

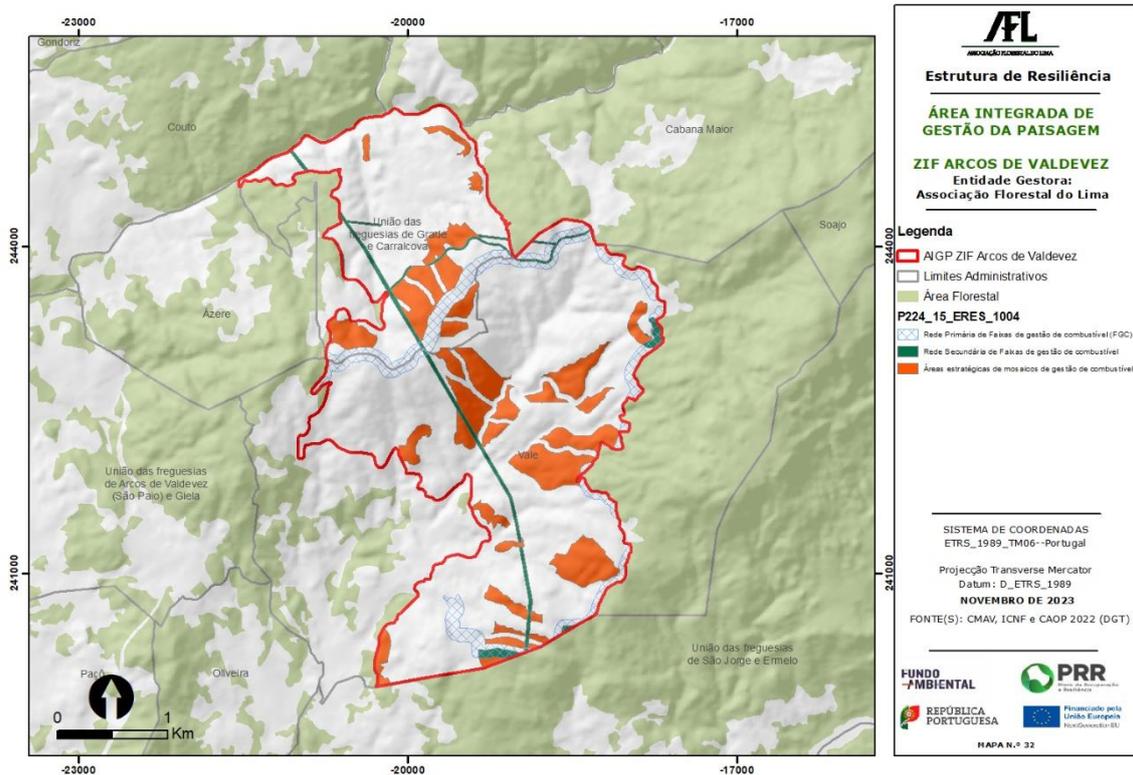


Figura 2 – Estrutura de resiliência

- **Elementos Estruturais** nomeadamente pontos notáveis, sebes, muros ou socalcos e outras infraestruturas necessárias para os objetivos de transformação e gestão da paisagem, tendo sido identificados os seguintes:

- UF Grade e Carralcova: Fonte / Tanque público / Parque de merendas
- Freguesia de Vale: Miradouro / Parque de merendas

Nestes elementos estruturais serão efetuadas intervenções de beneficiação e recuperação visando a salvaguarda e a valorização da vertente cultural e identitária da paisagem.

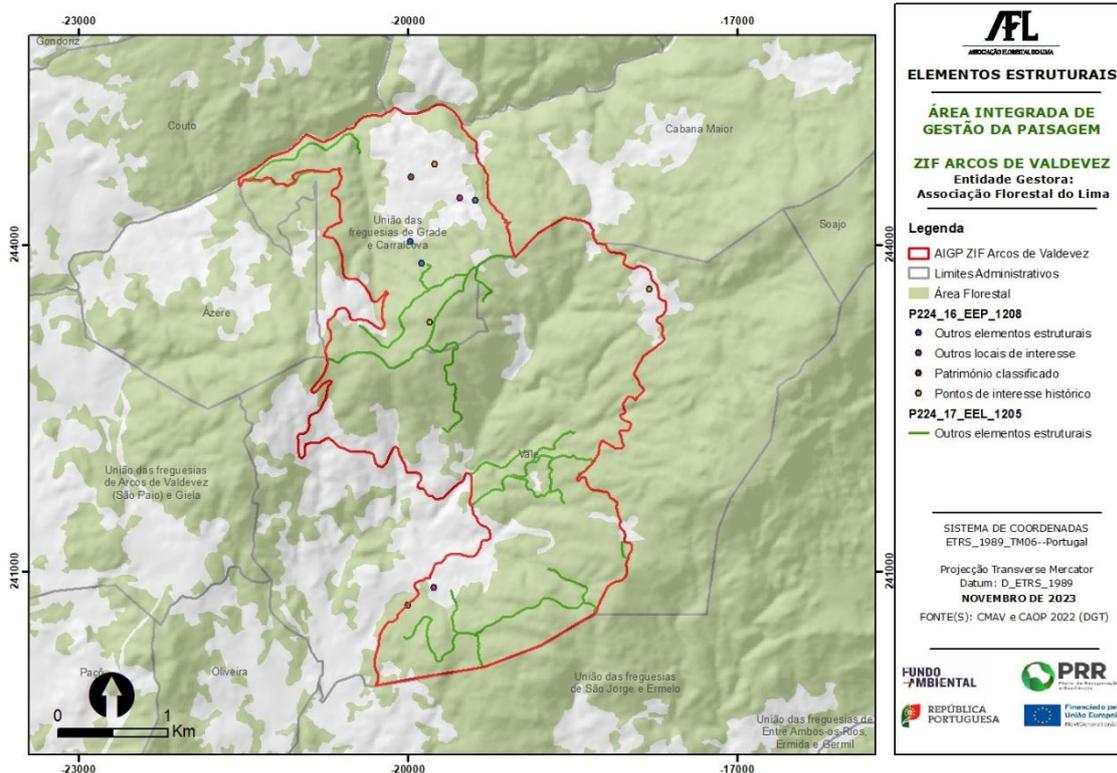


Figura 3 – Elementos estruturais

c. Matriz de transformação da paisagem

A matriz de transformação da paisagem, apresentada no quadro infra, resulta da comparação entre a planta de ocupação atual e a planta de ocupação do solo proposta, com os valores de variação operados.

A transformação proposta direciona-se para um aumento da área de povoamentos florestais, diversificando também as espécies existentes, com um aumento de espécies folhosas resistentes ao fogo e a introdução de outras resinosas, nomeadamente de folha curta. A proposta prevê também a introdução de sistemas agroflorestais de castanheiro e carvalho alvarinho na envolvente das zonas edificadas. No sentido inverso, propõe a redução das áreas de povoamento de eucalipto e dos espaços ocupados por matos.

Ocupação do solo (COS)	Atual (POSA)		Proposta (POSP)	
	ha	%	ha	%
1.1.1.2 - Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	27,152	2,63	27,152	2,63
1.1.2.1 - Tecido edificado descontínuo	16,844	1,63	16,844	1,63
2.1.1.1 - Culturas temporárias de sequeiro e regadio	85,537	8,27	85,537	8,27
2.2.1.1 - Vinhas	10,217	0,99	10,217	0,99
2.3.2.1 - Mosaicos culturais e parcelares complexos	1,431	0,14	1,431	0,14
2.3.3.1 - Agricultura com espaços naturais e seminaturais	57,059	5,52	57,059	5,52
3.1.1.1 - Pastagens melhoradas	2,201	0,21	2,201	0,21
4.1.1.3 – SAF de outros carvalhos			26,396	2,55
4.1.1.5 – SAF de outras espécies			11,845	1,15
5.1.1.3 - Florestas de outros carvalhos	83,384	8,06	60,076	5,81
5.1.1.4 - Florestas de castanheiro	3,567	0,34	2,478	0,24
5.1.1.5 - Florestas de eucalipto	236.778	22,90	124,471	12,04
5.1.1.6 - Florestas de espécies invasoras	1,518	0,15	0,373	0,04
5.1.1.7 - Florestas de outras folhosas	80,456	7,78	291,062	28,15
5.1.2.1 - Florestas de pinheiro bravo	64,334	6,22	26,522	2,56
5.1.2.3 - Florestas de outras resinosas			132,455	12,81
6.1.1.1 - Matos	360,130	34,83	154,489	14,94
9.1.1.1 - Cursos de água naturais	3,423	0,33	3,423	0,33

A.2. Fundamentação das soluções adotadas na proposta

Situação atual do território

a. Localização e enquadramento

O território correspondente à Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) ZIF Arcos de Valdevez, enquadra-se na NUT'S III Minho Lima, no concelho de Arcos de Valdevez, abrangendo as freguesias da União de Freguesias de Grade e Carralcova (na área correspondente à anterior freguesia de Grade) e de Vale, num total de 1031 hectares.

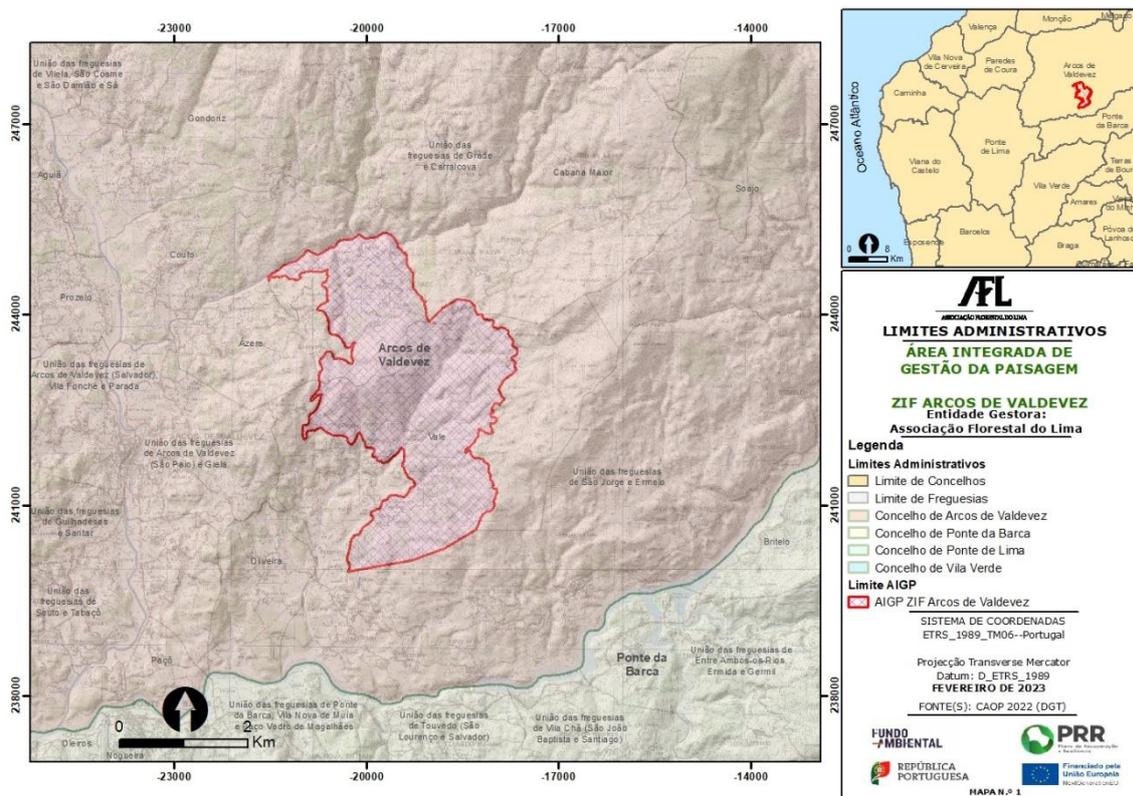


Figura 4 – Limites administrativos

A AIGP é servida por vias do tipo 1, 2 e 3 com uma extensão total de 27 km e uma densidade de 26 metros por hectare. É servida pela EN 202 e pela EM 530 que são acesso a uma vasta rede de caminhos municipais, dos quais derivam vários caminhos rurais que permitem a circulação nos espaços agrícolas e florestais. A AIGP é delimitada em todo o seu limite por freguesias do concelho de Arcos de Valdevez.

b. Características biofísicas e edafoclimáticas

O clima é um fator essencial das condições ecológicas de cada região, condicionando o desenvolvimento de diversas atividades. Para as ações de planeamento e execução na gestão de áreas florestais, os agentes meteorológicos como a temperatura atmosférica, a quantidade e a

distribuição da precipitação são fundamentais para a qualidade da estação. Pela sua situação geográfica, o litoral do Alto Minho constitui um domínio climático no qual a influência atlântica adquire uma importância determinante, traduzida pela ocorrência de precipitações relativamente elevadas, assim como pelo amenizar das consequências climáticas que os ventos frios e secos, oriundos do interior da península, porventura determinariam. Na área da AIGP a temperatura média anual varia entre os 10°C e os 12,5°C, registando-se os valores médios mais altos na zona oeste da AIGP. A análise dos dados de temperatura da estação meteorológica mais próxima, indica que os meses de Julho e Agosto são os que apresentam temperaturas mais elevadas, sendo a partir do mês de Maio e até Outubro que se verificam os maiores aumentos de temperatura.

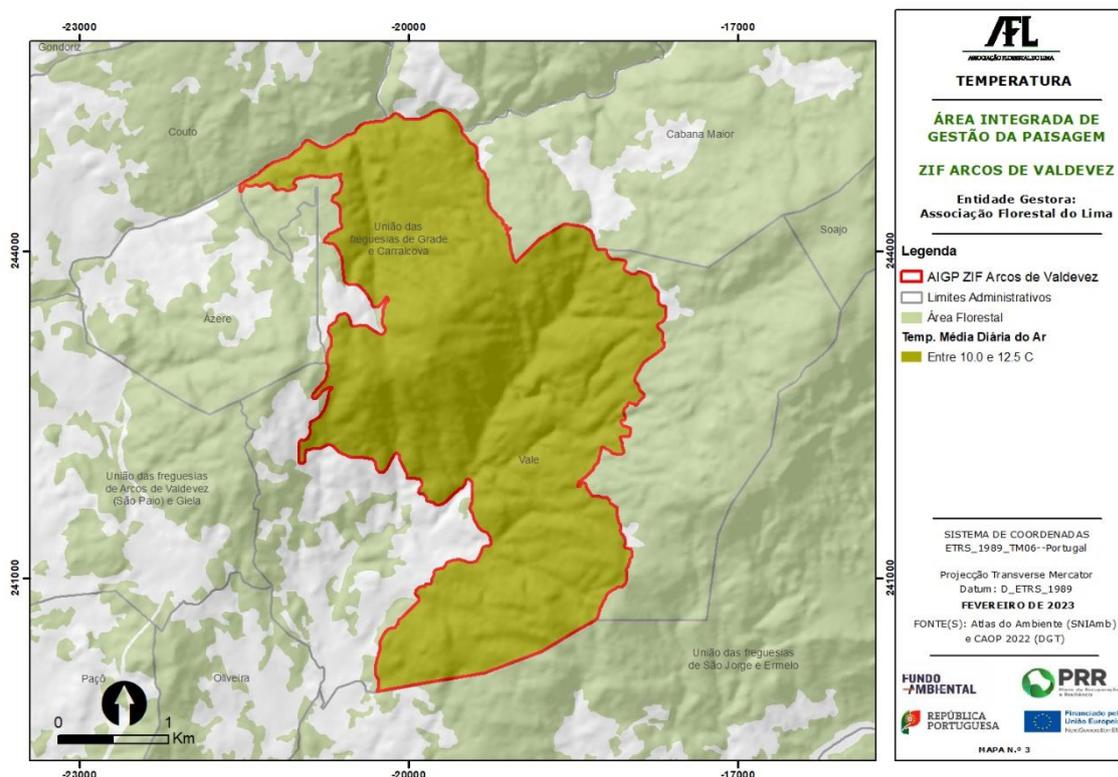


Figura 5 – Temperatura

Quanto à precipitação média anual, a área da AIGP ZIF Arcos de Valdevez apresenta valores variando entre os 1600 mm e os 2400 mm, registando-se os valores mais elevados no limite norte da AIGP. Os elevados valores de precipitação, associados a elevados níveis de insolação, são determinantes no desenvolvimento da vegetação e na acumulação de biomassa nos espaços florestais ao longo do tempo.

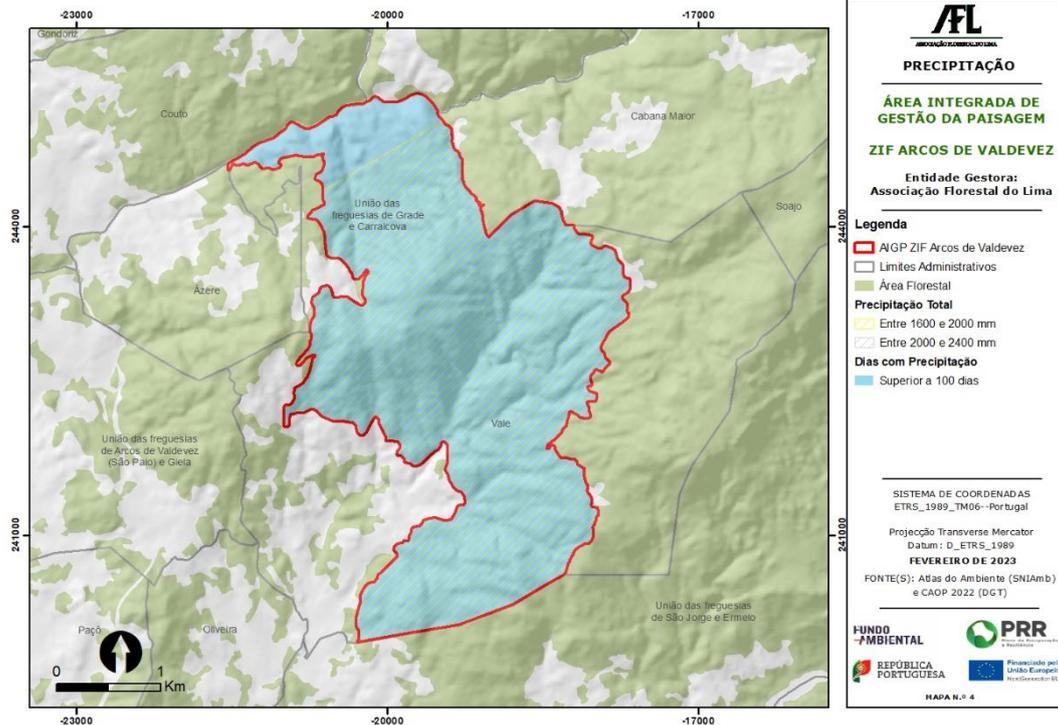


Figura 6 – Precipitação

O valor de humidade relativa do ar expressa-se em %, correspondendo 0% a uma situação de ar totalmente seco e 100% a uma situação de ar saturado em água. Na AIGP ZIF Arcos de Valdevez, o valor médio de humidade relativa varia entre 80e 85%, gozando a área de um clima relativamente húmido e ameno, conferindo boas potencialidade para o desenvolvimento da produção florestal. O valor de humidade relativo do ar é um dos fatores críticos na ignição e propagação dos incêndios rurais.

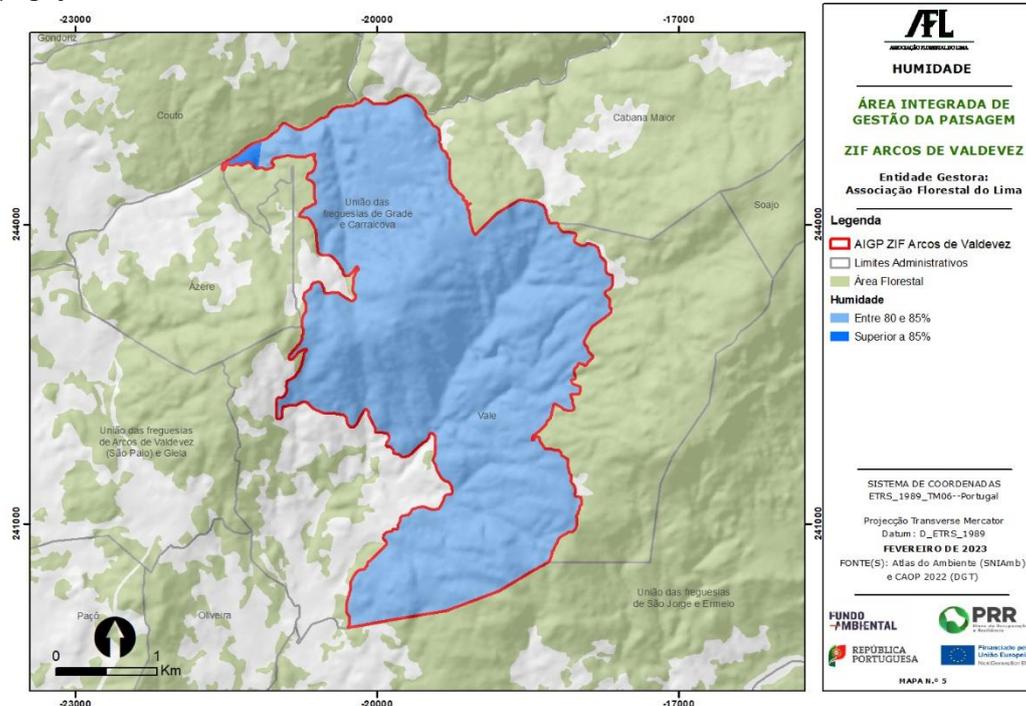


Figura 7 – Humidade

Quando à ocorrência de geada, verifica-se na área um valor médio anual entre 20 e 30 dias no limite este da AIGP e entre 30 e 40 dias na restante área. O efeito da geada nos povoamentos florestais é mais significativo quando a sua ocorrência se verifica no Outono e Primavera quando o estado vegetativo das plantas as torna mais sensíveis a este fenómeno.

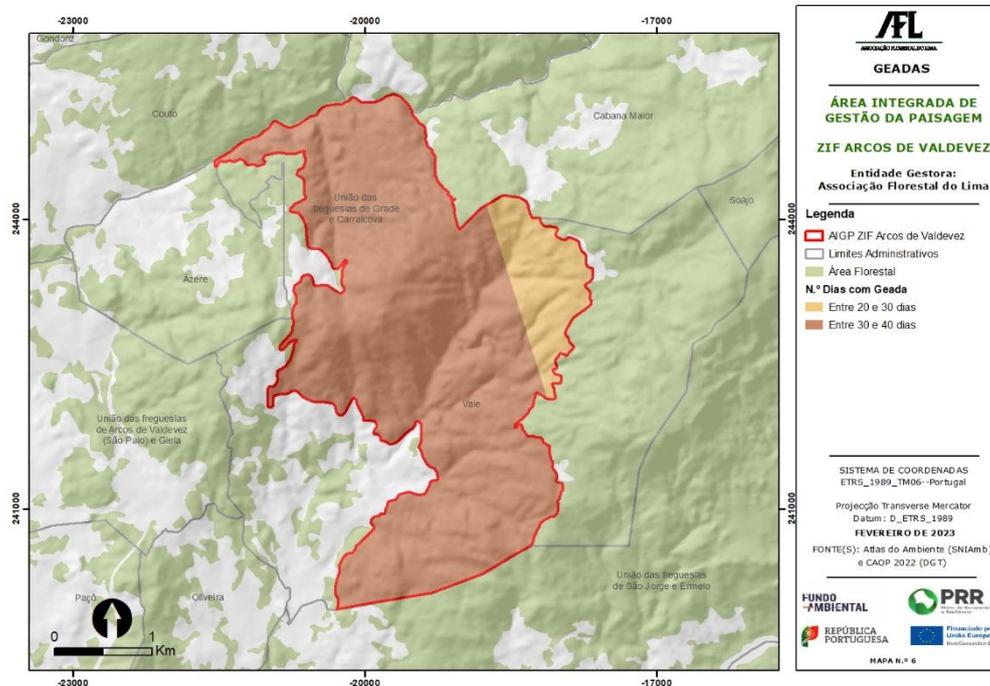


Figura 8 – Geadas

Um dos traços fundamentais da paisagem da AIGP corresponde a uma extensa cobertura rasteira, onde se salientam, por vezes, maciços afloramentos rochosos, na maioria constituídos por granitos e rochas afins.

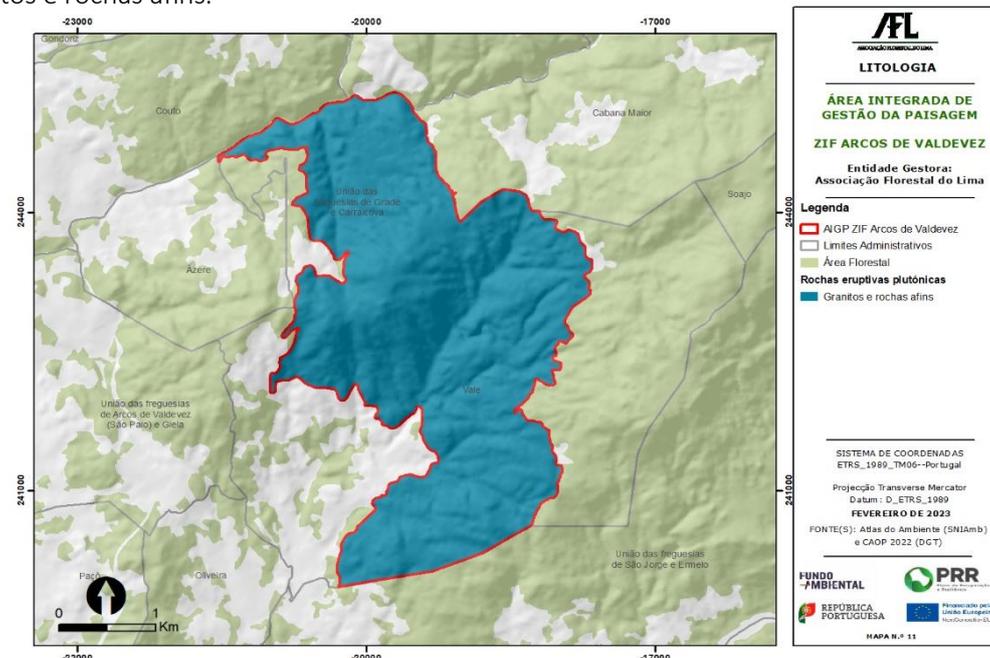


Figura 9 – Litologia

O conjunto dos processos erosivos conduziu ao desenvolvimento de uma paisagem despida de formações superficiais ou de desenvolvimento peculiar e de textura grosseira, muitas vezes de estrutura bem conservada. Neste contexto, a instalação da rede hidrográfica privilegiou as áreas de fraqueza, o que justifica o encaixe profundo das linhas de água, sem que a evolução de vertente tenha tido a oportunidade de promover o alargamento dos vales, o que justifica a existência de declives muito fortes. Segundo o mapa de altimetria, as altitudes variam entre as classes de 50-100 e os 400-700 metros. As altitudes mais elevadas registam-se no limite nascente da AIGP na freguesia de Vale.

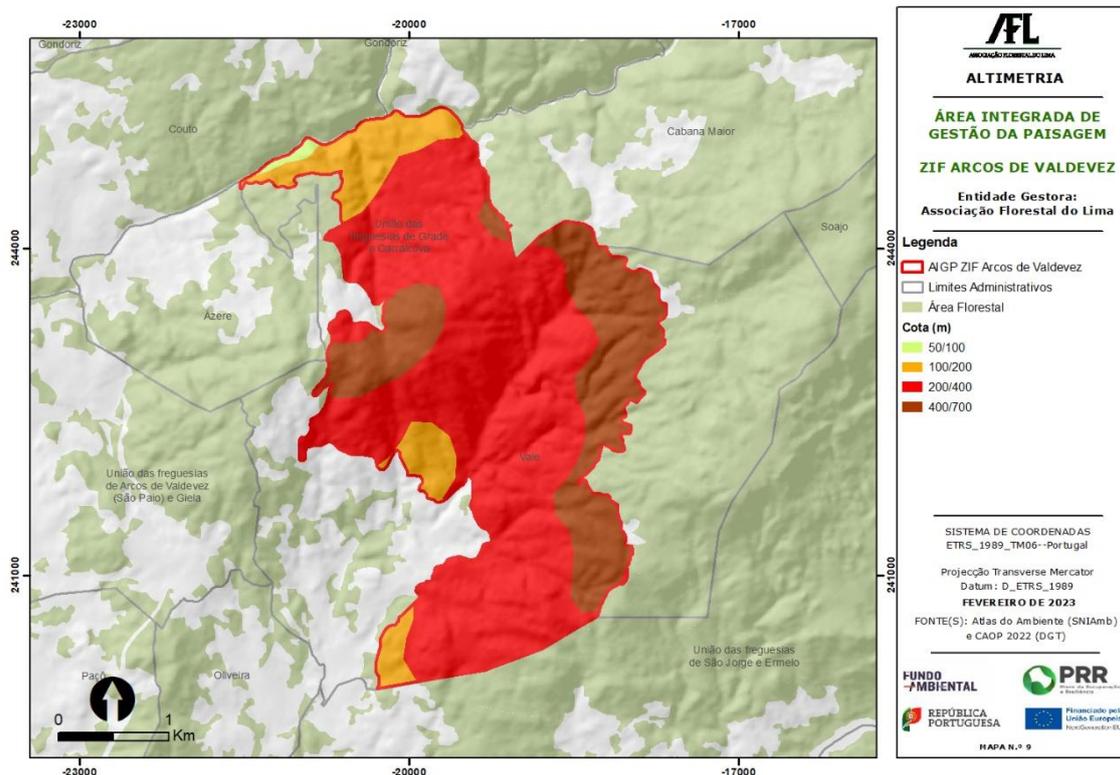


Figura 10 – Altimetria

Quanto aos declives verifica-se que na AIGP predomina a classe dos declives de 15-30% ocupando 46% da área e a classe dos 30-45% representada em 31% do território. O relevo existente é caracterizado por uma grande diversidade de formas, onde a alternância de áreas planas (mais propícias à prática da agricultura) e de vertentes de declives variáveis criou uma paisagem com grande diversidade de elementos agro-florestais.

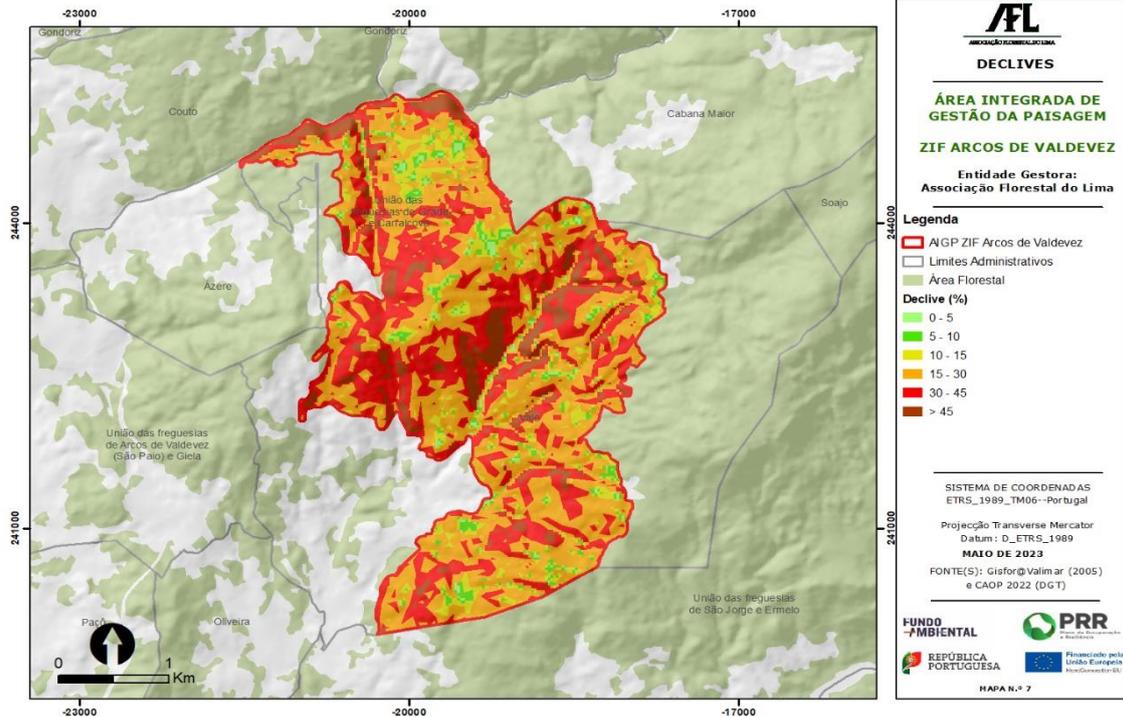


Figura 11 – Declives

As exposições de vertentes distintas geram microclimas também distintos, ao nível do conforto bio-climático, o que determina a existência ou a predominância de algumas espécies vegetais. Predominam as orientações a sudoeste, oeste, noroeste e sul, por esta ordem de grandeza. Pode dizer-se que as zonas de radiação solar diminuta não são muito significativas, sendo esta uma área que no geral apresenta boa exposição solar.

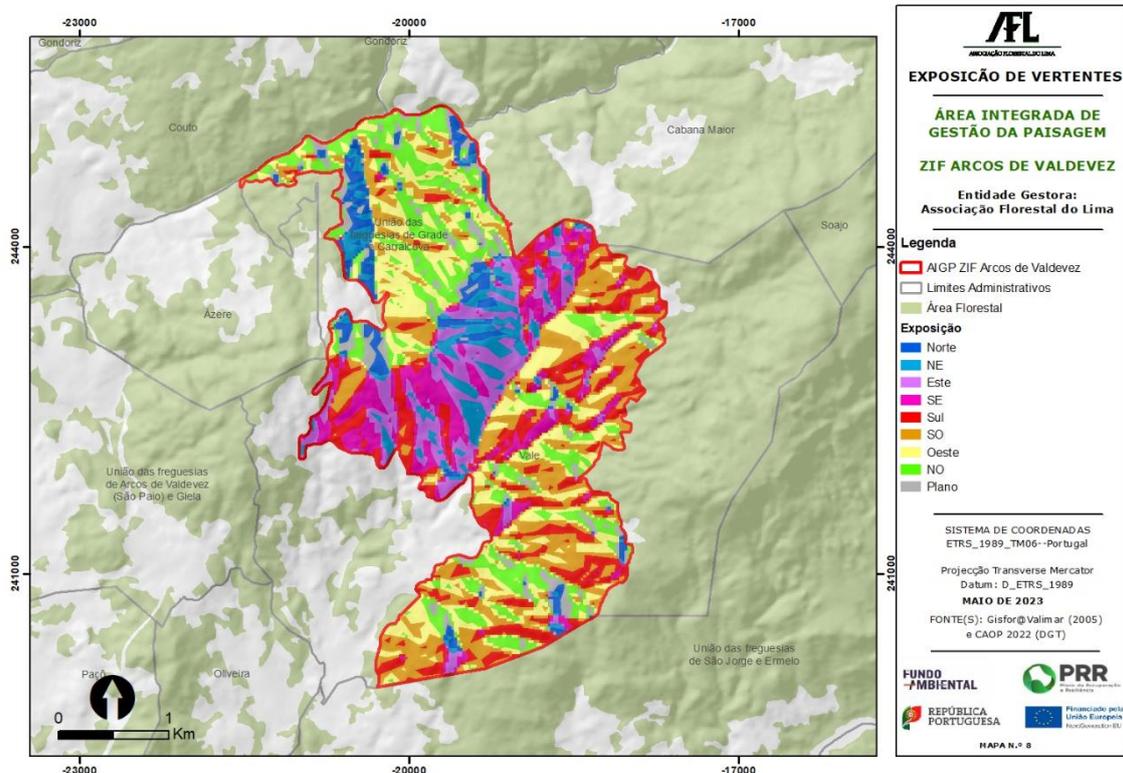


Figura 12 – Exposição de vertentes

Do ponto de vista litológico a área da AIGP é constituída integralmente por granitos e rochas afins. No essencial há que referir que os granitóides são rochas muito suscetíveis à alteração química e que desenvolvem mantos de alteração espessos, a partir dos quais é possível ocorrerem importantes processos hidrológicos (infiltração e fluxo interno lento) que permitem a conservação de recursos hídricos ao longo das estações secas. Relativamente aos solos são exclusivamente cambissolos húmicos com especificidade para rochas eruptivas.

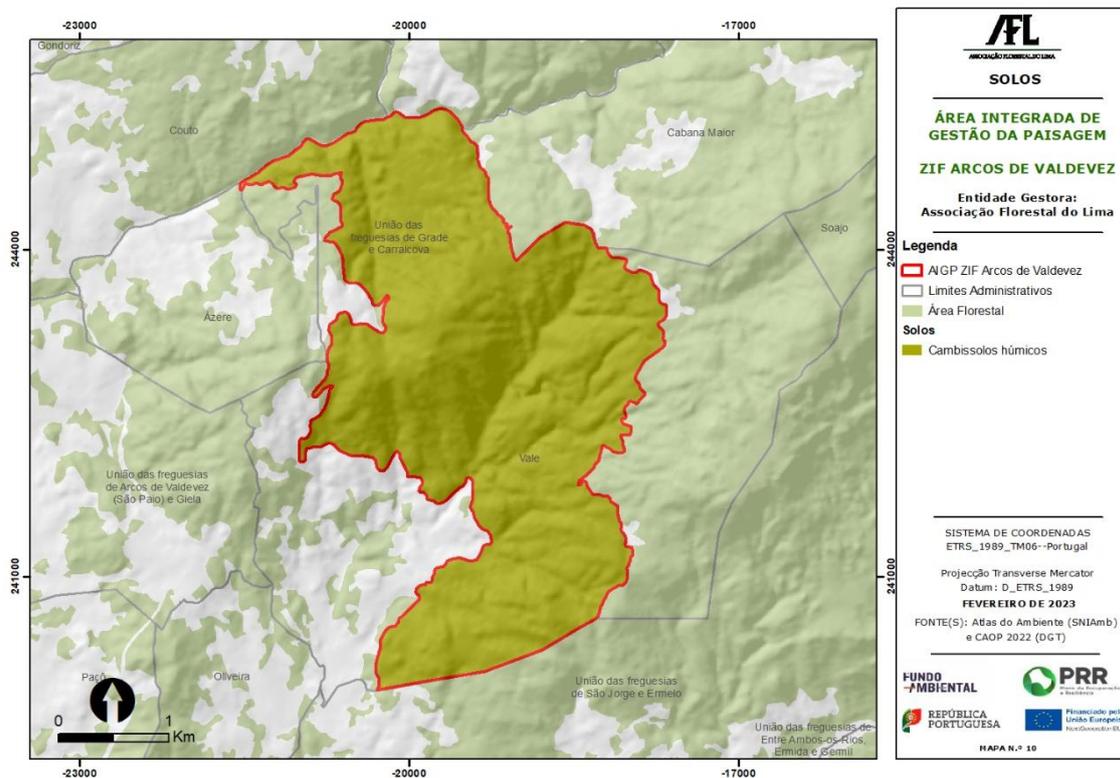


Figura 13 – Solos

Os solos apresentam uma profundidade que varia entre os 15 e os 60 cm; as exceções registam-se nos pontos mais altos ou onde se verifica a presença de mais afloramentos rochosos e menos vegetação, sucessivamente fustigados pela ocorrência de fogos e consequentemente pela ação das águas das chuvas e dos ventos. Em termos de pedregosidade, não se verifica uma presença abundante desses materiais, podendo classificar-se como mediana, permitindo assim a mecanização dos trabalhos agro-florestais. Não se verifica a presença de quaisquer formações geológicas singulares, geomonumentos ou outros que possam condicionar a atividade.

Quanto à aptidão do solo, predomina a classe F (não agrícola), ou seja, de aptidão florestal. Segue-se a classe C com aptidão agrícola para agricultura não intensiva em virtude da existência de significativos fatores limitantes a uma atividade agrícola intensiva.

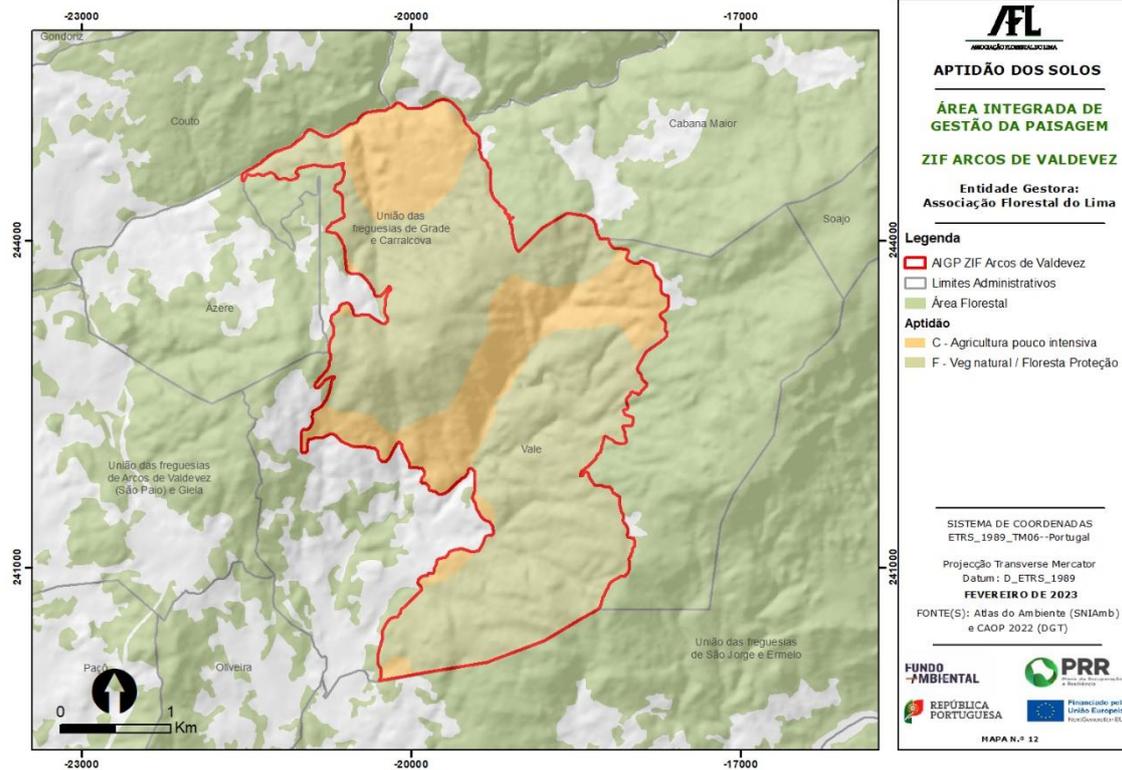


Figura 14 – Aptidão dos solos

A rede hidrográfica na área é constituída exclusivamente pela bacia hidrográfica do Rio Lima. Na área da AIGP, existem cerca de 35,5 km de linhas de água temporárias e 7,2 km de linhas de água permanentes.

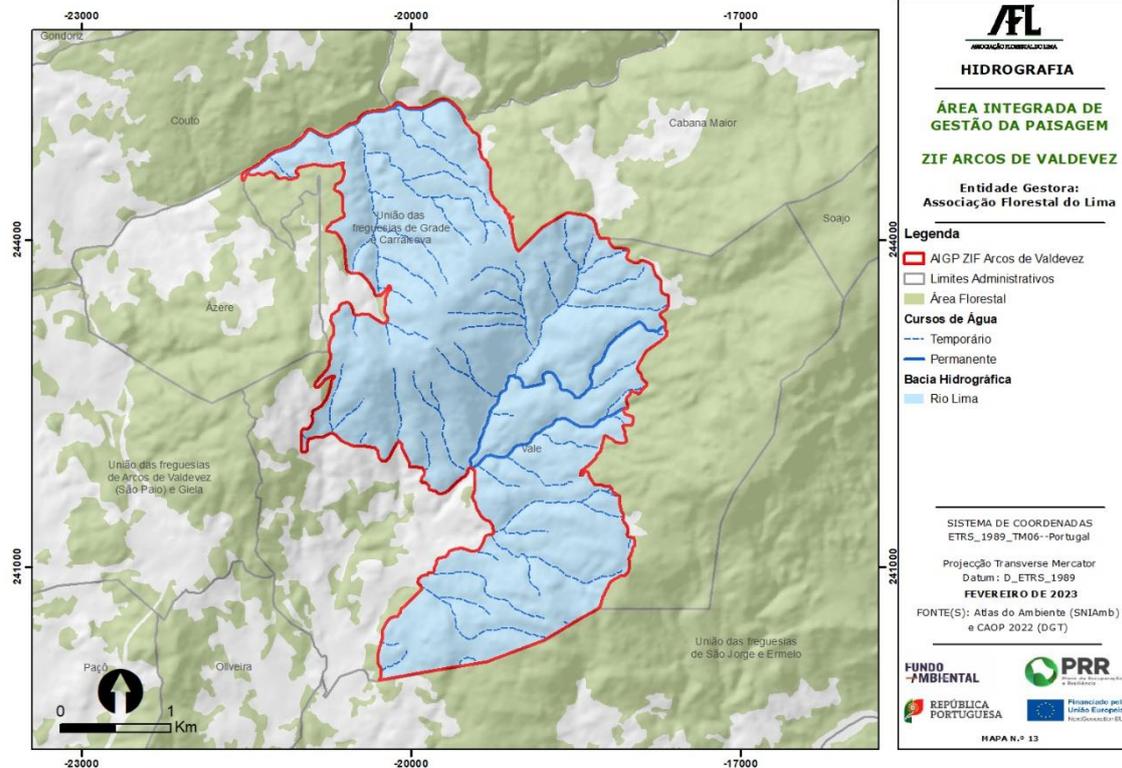


Figura 15 – Hidrografia

Na AIGP existem diversas espécies vegetais distribuídas por diferentes estratos. No estrato herbáceo, maioritariamente associado a áreas agrícolas, podemos verificar a existência de espécies gramíneas dos géneros *Agrostis sp*, *Dactylis sp* ou *Festuca sp*. No estrato arbustivo, as espécies variam na sua densidade e composição conforme o tipo de solo e a vegetação arbórea, destacando-se as giestas, tojos e urzes. No estrato arbóreo, as espécies mais abundantes são o eucalipto o pinheiro bravo. De referir ainda a existência pontual de espécies ripícolas como o freixo, amieiro e salgueiro, bem como de outras espécies como o castanheiro ou o azevinho.

Quanto à fauna, verifica-se a existência de diversas espécies cinegéticas como o coelho, a raposa, a perdiz ou o javali, algumas migradoras ou parcialmente migradoras como a codorniz, a rola, o pombo, o tordo ou o estorninho. Estão também identificadas no território as seguintes espécies com estatuto de conservação ao abrigo da Diretiva Habitats: salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), lagarto de água (*Lacerta schreiberi*), toupeira de água (*Galemys pyrenaicus*), lontra (*Lutra lutra*), *Chondrostoma duriensis* (boga do norte) e *Rutilus arcasii* (panjorca).

Quanto à fauna, verifica-se a existência de diversas espécies cinegéticas como o coelho, a raposa, a perdiz ou o javali, algumas migradoras ou parcialmente migradoras como a codorniz, a rola, o pombo, o tordo ou o estorninho. Relativamente às explorações pecuárias existentes na área o efetivo pecuário existente é bovino, caprino e ovino.

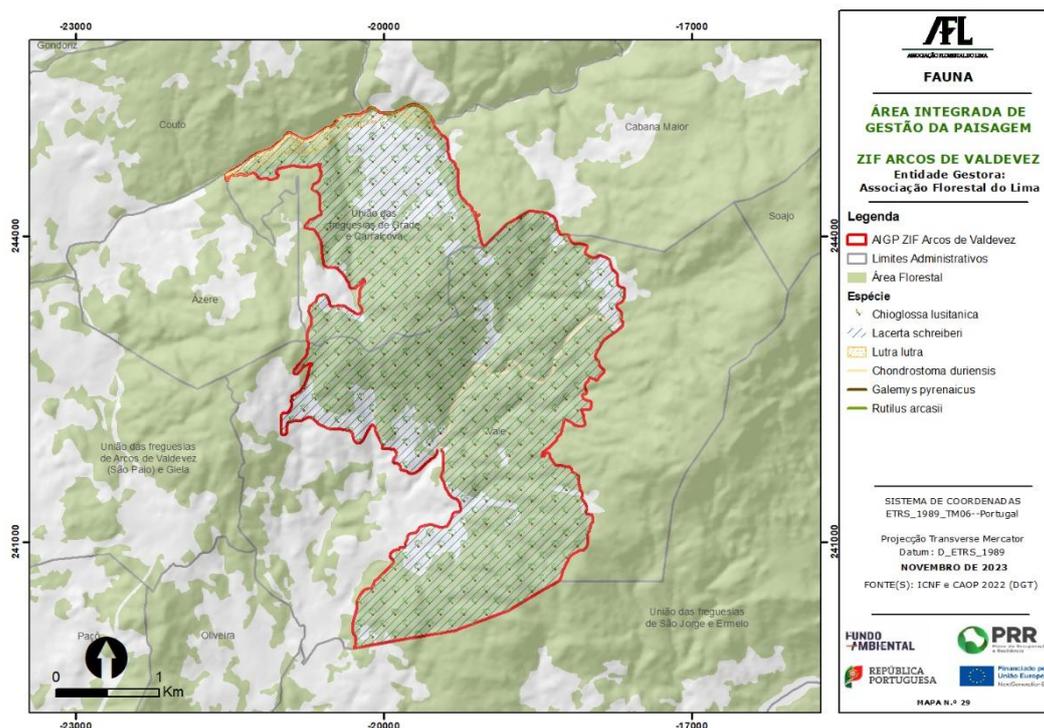


Figura 16 – Fauna

c. Ocupação do solo incluindo cartograma

A evolução da ocupação do solo no período compreendido entre 1995 e 2023 é que se apresenta no quadro infra:

Ocupação do solo / COS	1995	2010	2015	2018	2023
Agricultura com espaços naturais e semi-naturais	65,66	60,34	60,34	60,34	57,06
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	95,24	82,97	82,97	82,97	85,54
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha		1,84			
Cursos de água naturais	3,53	3,53	3,53	3,53	3,42
Florestas de espécies invasoras					1,52
Florestas de eucalipto	115,35	174,35	174,86	174,86	236,78
Florestas de outras folhosas	158,44	217,39	217,39	217,38	80,46
Florestas de outros carvalhos	7,54	7,54	7,54	7,54	83,38
Florestas de pinheiro bravo	195,81	82,19	80,99	80,99	64,33
Matos	337,55	350,83	348,18	347,73	360,13
Mosaicos culturais e parcelares complexos	5,33	1,45	1,45	1,45	1,43
Pastagens melhoradas	1,20	1,20	2,25	2,25	2,20
Territórios artificializados	33,61	45,08	45,08	45,08	44,00
Vinhas	11,91	2,47	6,60	7,06	10,22

Tabela 4 – Ocupação do solo (1995-2023)

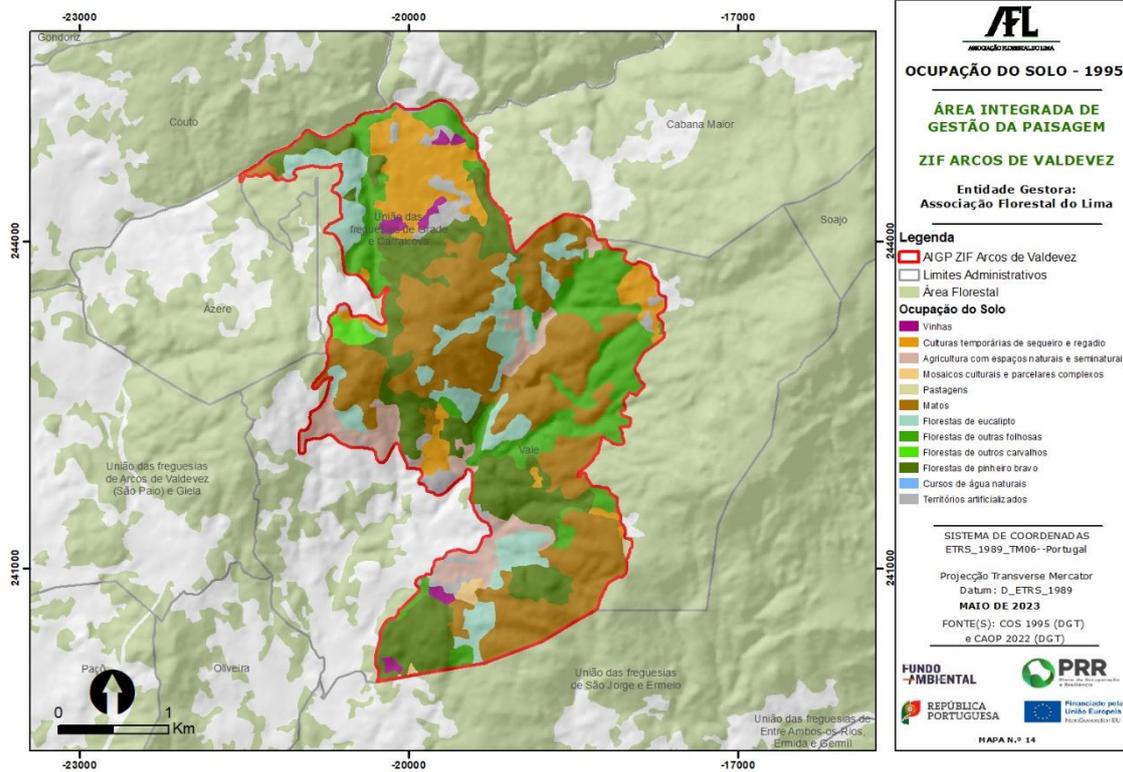


Figura 17 – Ocupação do solo (1995)

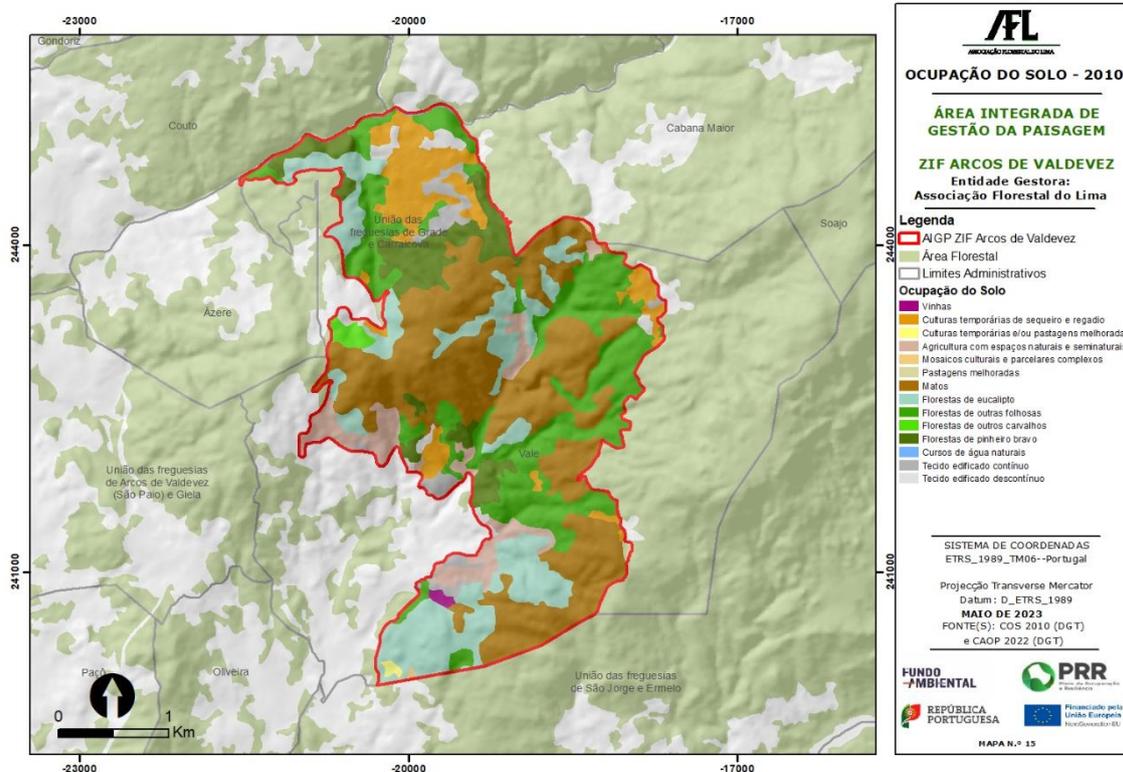


Figura 18 – Ocupação do solo (2010)

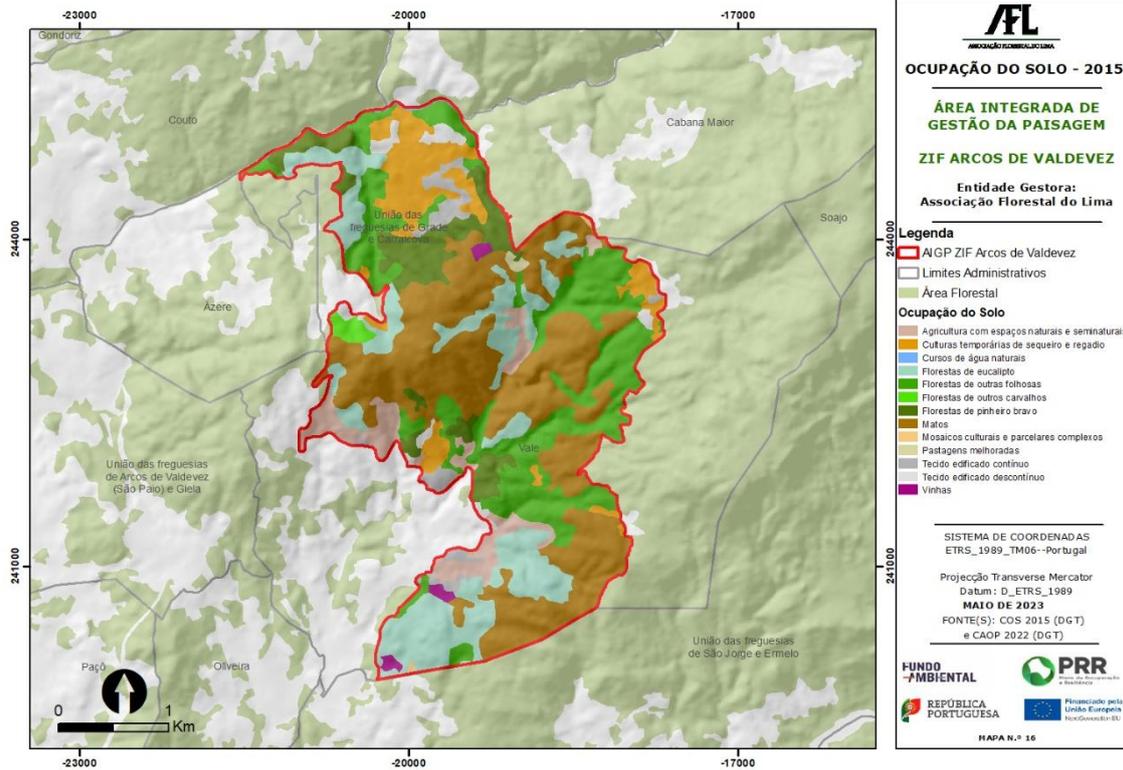


Figura 19 – Ocupação do solo (2015)

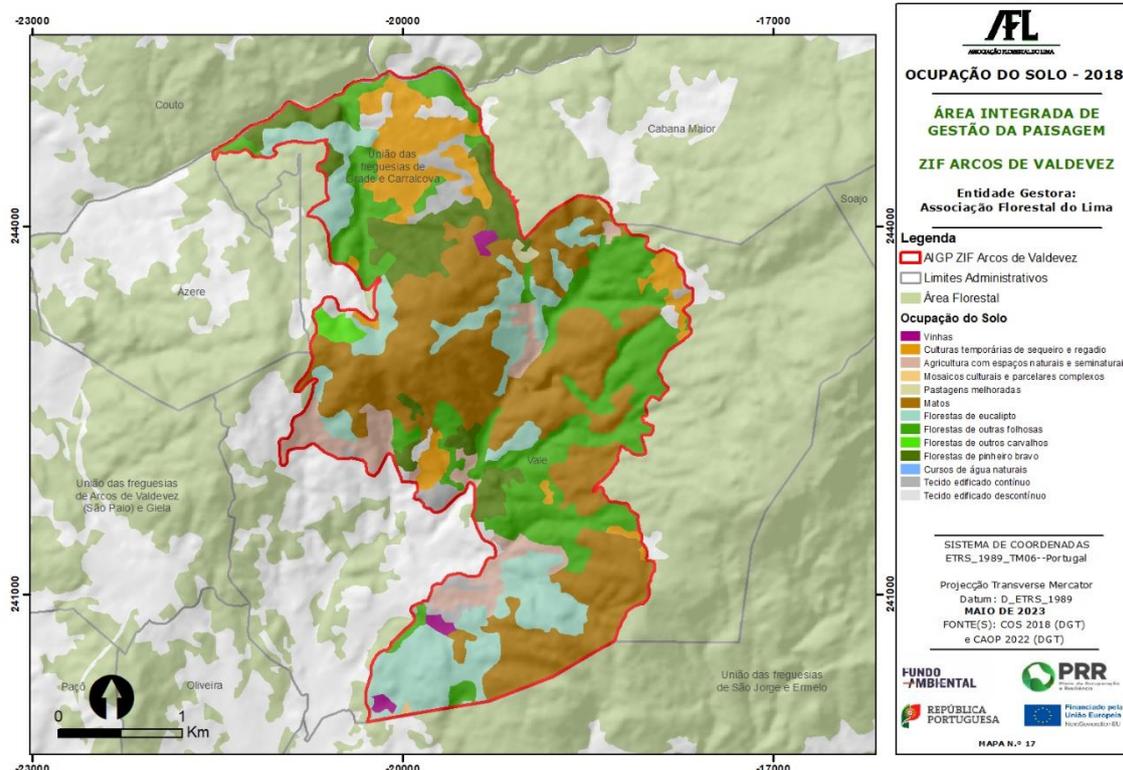


Figura 20 – Ocupação do solo (2018)

A ocupação do solo da AIGP, com base na COS2018 produzida pela DGT, mostra uma ocupação maioritariamente florestal (povoamentos e matos) seguida da agricultura.

De referir que no âmbito do presente trabalho de elaboração da OIGP, a entidade gestora efetuou a atualização in loco da COS2018, atualizando a informação ao ano de 2023 e apresentada também no quadro supra.

A análise da dinâmica da ocupação do solo, utilizando a série COS entre 1995 e 2018, evidencia as seguintes situações para cada uma das classes do nível 4:

- Agricultura com espaços naturais e seminaturais (2.3.3.1.): A área diminuiu no período entre 1995 e 2010, mantendo-se estável desde essa data
- Culturas temporárias de sequeiro e regadio (2.1.1.1.): A área diminuiu no período entre 1995 e 2010, mantendo-se estável desde essa data.
- Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha (2.3.1.1.): Apenas se verifica a existência desta ocupação no ano de 2010, podendo ser eventualmente uma falha na classificação;
- Cursos de água naturais (9.1.1.1): A área manteve-se inalterada durante todo o período de tempo, correspondendo ao Rio Ázere;
- Florestas de espécies invasoras (5.1.1.6.): A sua presença foi identificada na validação da COS 2018 efetuada em 2023;
- Florestas de eucalipto (5.1.1.5.): A área teve um aumento significativo entre os anos de 1995 e 2010, mantendo-se estável desde essa data;
- Florestas de outras folhosas (5.1.1.7.): A área aumentou no período entre 1995 e 2010, mantendo-se estável até 2018;
- Florestas de outros carvalhos (5.1.1.3): A área manteve-se estável durante quase todo o período de tempo analisado.
- Florestas de pinheiro bravo (5.1.2.1.): A área teve uma enorme diminuição no período entre 1995 e 2010, reduzindo para menos de metade, mantendo-se estável desde essa data;
- Matos (6.1.1.1.): A área tem-se mantido estável durante todo o período analisado;
- Mosaicos culturais e parcelares complexos (2.3.2.1.): A área reduziu drasticamente no período entre 1995 e 2010, mantendo-se estável desde essa data;
- Pastagens melhoradas (3.1.1.1.): A área duplicou no período entre 2010 e 2015, mantendo-se estável desde essa data;
- Territórios artificializados (1.1.1.2 / 1.1.2.1 / 1.1.2.2.): A área aumentou no período entre 1995 e 2010, mantendo-se estável desde esse ano;
- Vinhas (2.2.1.1): A área sofreu uma redução drástica no período entre 1995 e 2010, tendo vindo a aumentar desde então.

d. Áreas edificadas e infraestruturas

A presença de edificações regista-se em vários pontos da AIGP com a existência de aglomerados populacionais rurais, conhecidos como lugares, de dimensão considerável assim como outros de reduzida dimensão, sendo ainda de referir a existência de muitas edificações isoladas, resultando uma significativa área de interface urbano-rural.

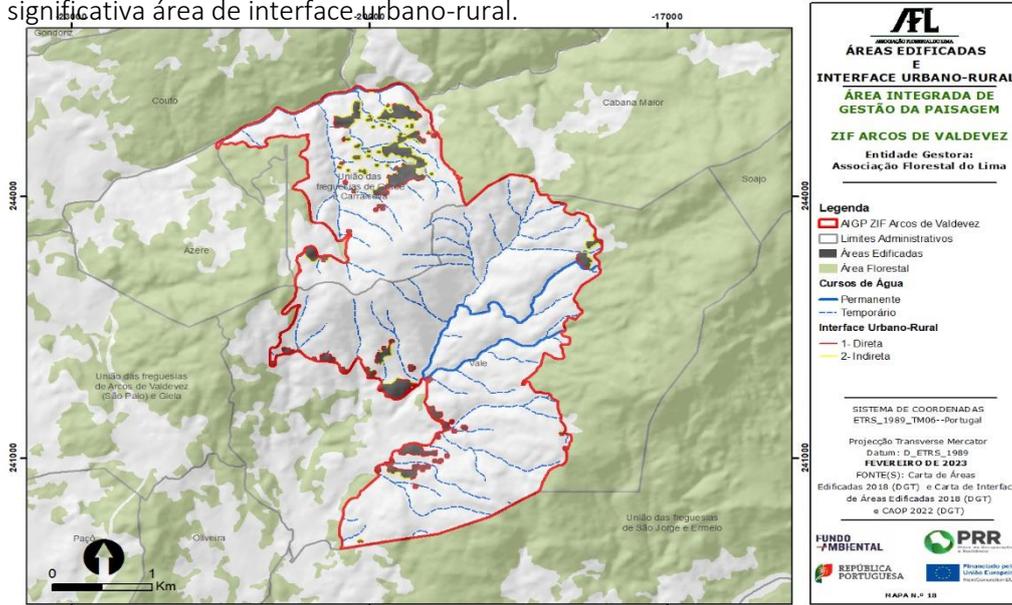


Figura 21 – Áreas edificadas e interface urbano-rural

É servida pela EN 202 e pela EM 530 que são acesso a uma vasta rede de caminhos municipais, dos quais derivam vários caminhos rurais que permitem a circulação nos espaços agrícolas e florestais.

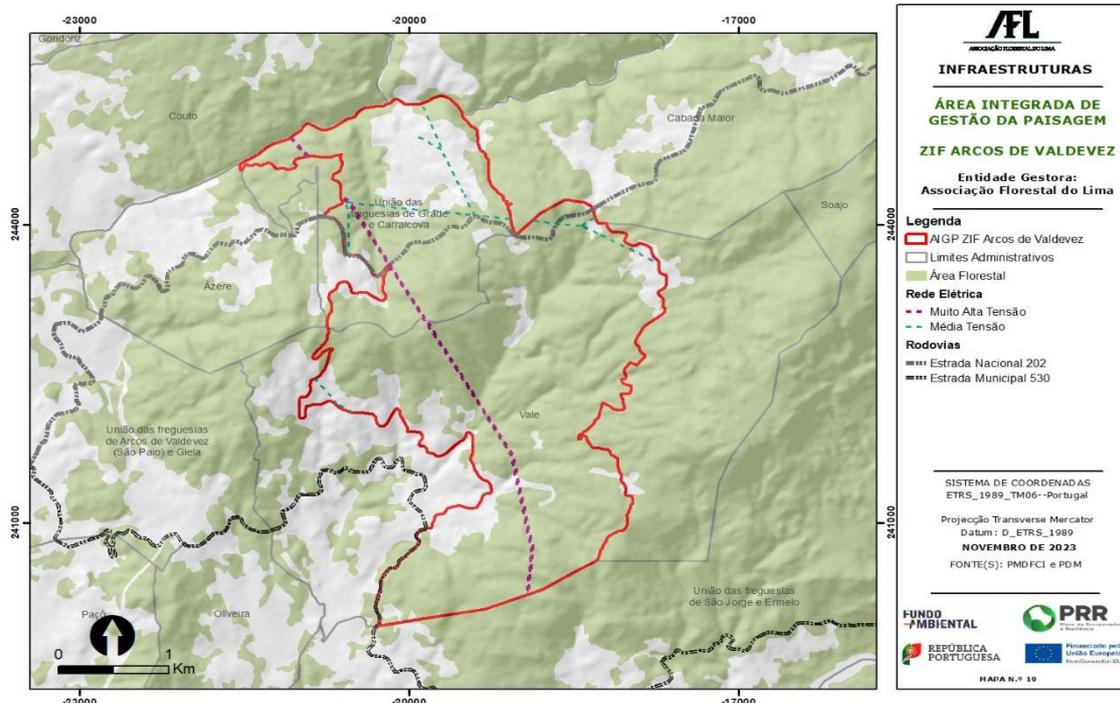


Figura 22 – Infraestruturas

e. Elementos patrimoniais e culturais

O território abrangido pela AIGP regista a presença de um variado e significativo número de elementos patrimoniais, muitos deles por classificar e em mau estado de degradação bem como infra-estruturas tradicionais como moinhos, poços, levadas, etc. ligadas às práticas agrícolas, pecuárias e florestais locais. Destaca-se a Torre de Grade, uma casa nobre quatrocentista classificada como imóvel de interesse público.

De referir ainda a existência de diversas estruturas tradicionais integrantes do património rural deste território e que em virtude do abandono das atividades agro-florestais e do despovoamento têm vindo a sofrer processos de degradação muito significativos ao longo do tempo. Na perspetiva da recuperação progressiva das atividades do setor primária e enquadrada na valorização paisagística e turística pretendida para este território, a recuperação destas estruturas, revela-se como um complemento ao trabalho de transformação e valorização da paisagem pelo que são preconizadas nesta proposta um conjunto de intervenções para recuperação destes elementos patrimoniais.

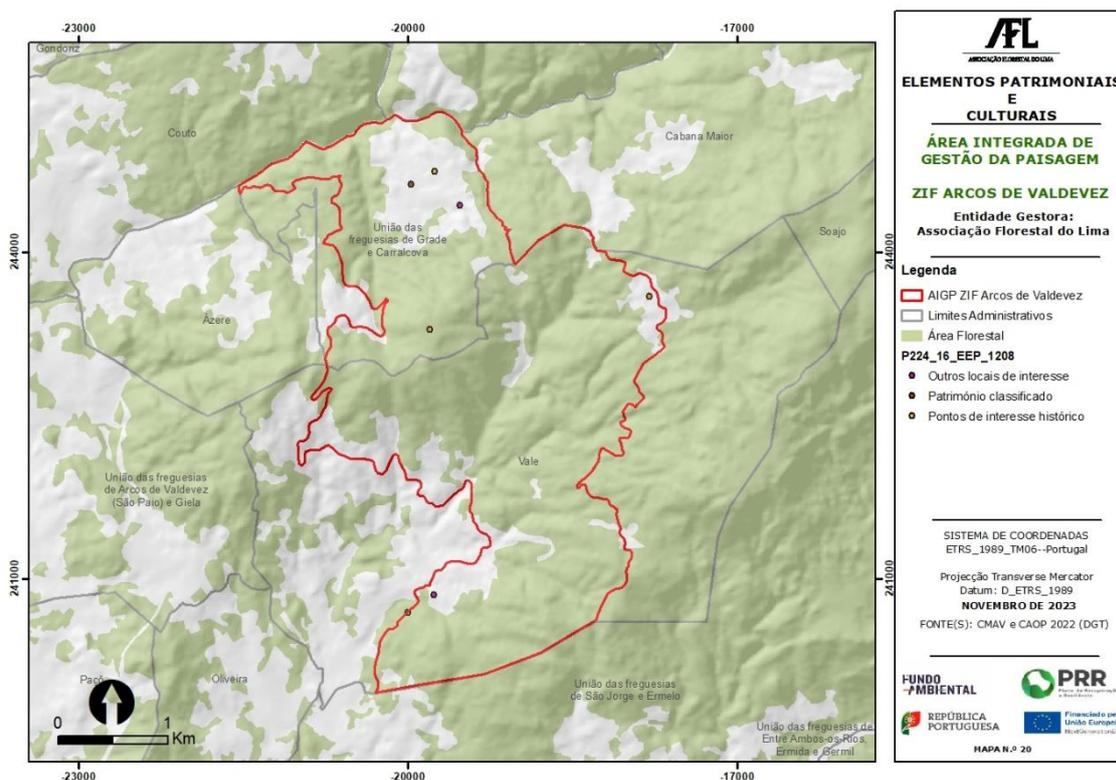


Figura 23 – Elementos patrimoniais e turísticos

f. Fogos rurais

Nos quadros infra apresentam-se os dados relativos ao número de ocorrências e área ardida na AIGP, durante o período temporal compreendido entre 2001 e 2022, assim como a sua distribuição pelas freguesias abrangidas pela AIGP.

Ano	N.º Ocorrências	Área ardida (ha)	% Área ardida
2001	3	57,67	5,6
2002	4	163,16	15,8
2005	1	153,21	14,9
2006	3	105,77	10,3
2010	1	425,11	41,2
2011	2	70,04	6,8
2012	2	8,94	0,9
2013	2	160,27	15,5
2015	3	106,33	10,3
2016	1	162,11	15,7
2017	1	51,95	5,0
2018	2	83,74	8,1
2019	4	38,36	3,7
2020	3	36,26	3,5
2021	5	78,60	7,6
2022	1	0,04	0,0
Total	38	1701,56	

Tabela 5 – N.º de ocorrências, área ardida e % área ardida (2001-2022)

Ano / Freguesia	UF Grade e Carralcova	Vale
2001	15,59	42,1
2002	68,65	94,51
2005	69,58	83,64
2006	19,32	86,45
2010	19,93	405,18
2011	21,38	48,68
2012		8,94
2013	51,81	108,47
2015	64,02	42,31
2016		162,11
2017	0,65	51,3
2018		83,74
2019	1,95	36,41
2020	3,68	32,59
2021	15,35	63,24
2022		0,04
Total	351,91	1349,71

Tabela 6 – Área ardida por freguesia (2001-2022)

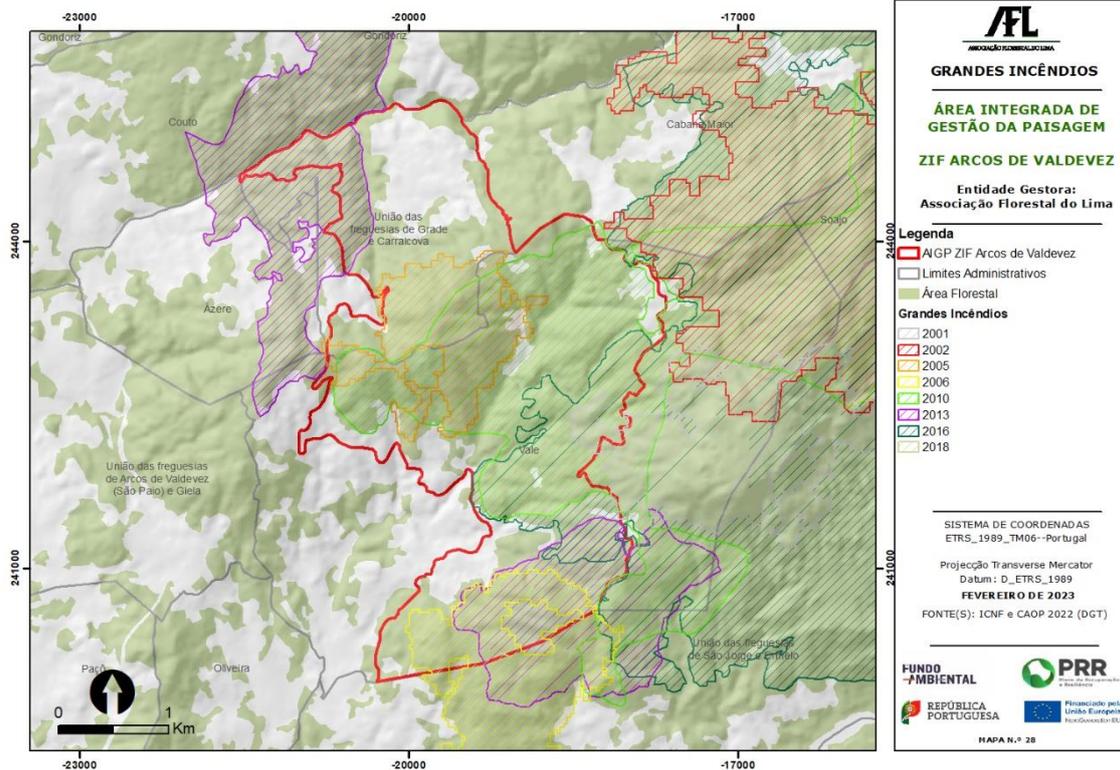


Figura 24 – Grandes incêndios (2001-2022)

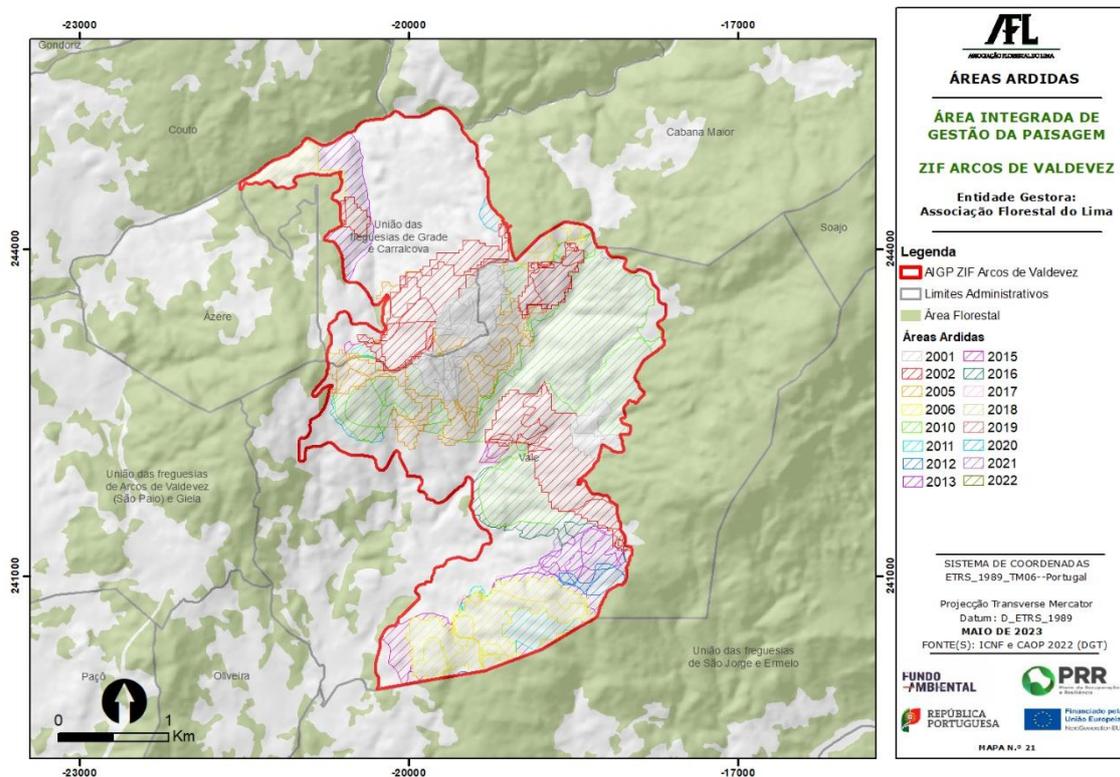


Figura 25 – Áreas áridas (2001-2022)

Da análise ao histórico de incêndios, reportada ao período de tempo 2001-2022, verificam-se as seguintes situações:

- No período de tempo entre 2001 e 2021, registaram-se na área da AIGP ZIF Arcos de Valdevez um total de 38 ocorrências que resultaram em 1.701,56 hectares de área ardida;
- Destacam-se o ano de 2010 com maior área ardida total, em que ardeu mais de 41% do total da área da AIGP, seguindo-se os anos de 2002, 2013 e 2016 com percentagens de área ardida superiores a 15% da área total;
- Verifica-se um reduzido número de ocorrências anuais resultando contudo algumas ocorrências em grandes áreas ardidas, caso ocorrido por exemplo em 2010;
- Os anos em que não se verificou qualquer ocorrência no período foram os de 2003, 2004, 2007, 2008, 2009 e 2014;
- Quanto aos grandes incêndios, a AIGP foi atingida por estas ocorrências nos anos de 2001, 2002, 2005, 2006, 2010, 2013 e 2016;
- A freguesia mais afetada por incêndios é a de Vale, representando cerca de 80% do total de área ardida.

Foi efetuada uma análise para obtenção de informação relativa à recorrência de incêndios rurais na AIGP tendo sido utilizados para o efeito os dados de área ardida desde o ano de 1975, verificando a existência de algumas manchas florestais que arderam 10 ou mais vezes neste período temporal.

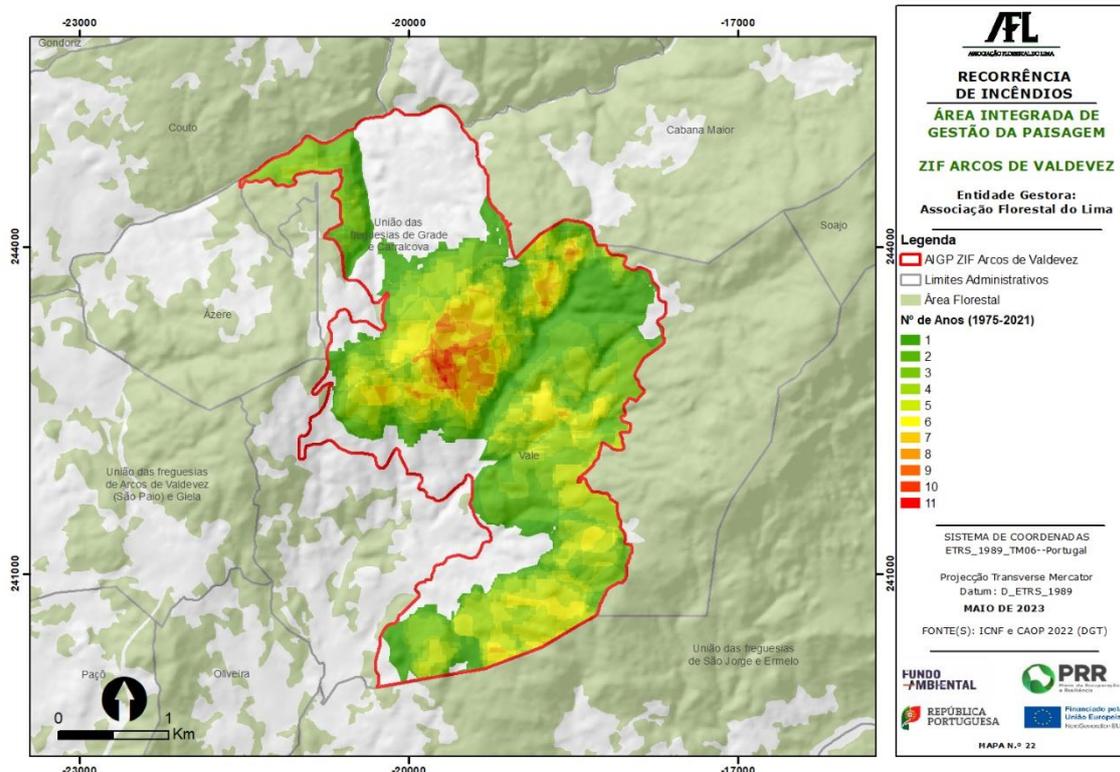


Figura 26 – Recorrência de incêndios (1975-2022)

Quanto aos pontos de início conhecidos, é possível observar uma distribuição por quase toda a área da AIGP, quer nas manchas florestais, quer junto da rede viária quer nas zonas de interface com a área urbana. Apenas os locais mais inacessíveis não apresentam pontos de início identificados

Relativamente às causas de incêndio, os dados disponíveis registam um total de 143 ocorrências com investigação da causa. Das ocorrências em que foi possível apurar a causa, verifica-se que a principal causa de incêndio são as ações intencionais seguidas das ações negligentes, conforme o quadro infra:

Causa	N.º Ocorrências	% Ocorrências
Desconhecida	49	34%
Intencional	48	34%
Negligente	32	22%
Reacendimento	14	10%
Total	143	

Tabela 7 – Causas de incêndio

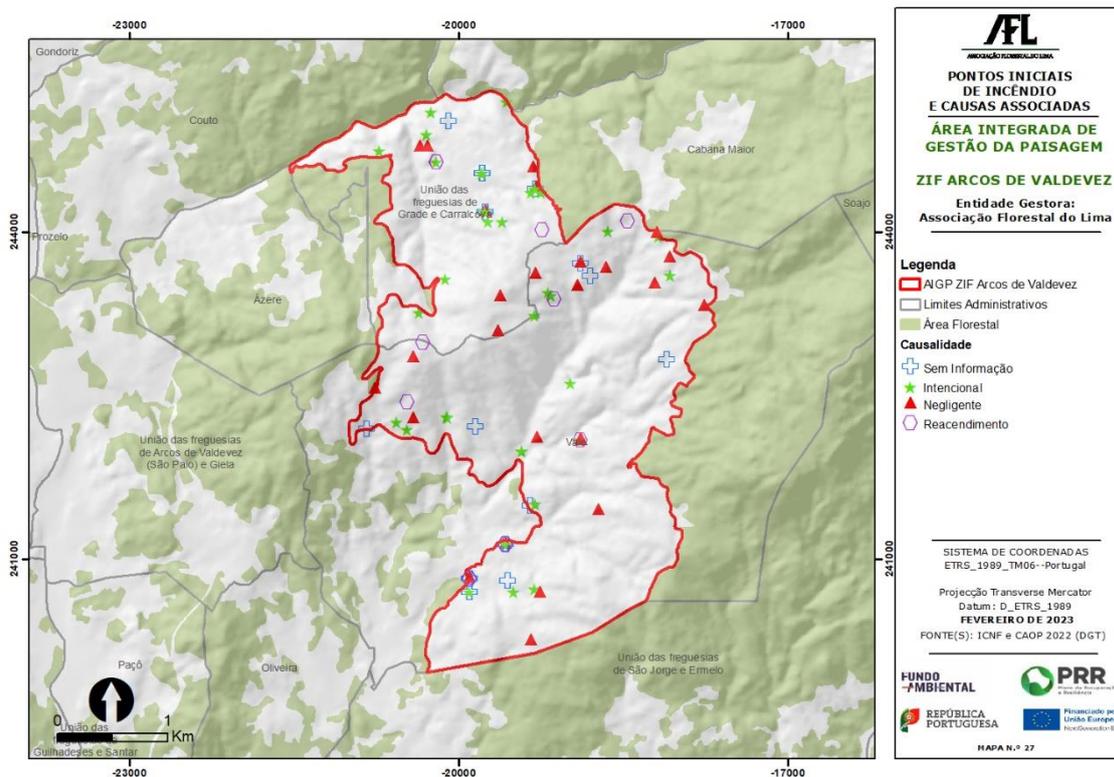


Figura 27 – Pontos de início e causas

Segundo o ICNF, a perigosidade de incêndio florestal traduz o grau de possibilidade de afetação de um determinado local por via de um incêndio florestal e depende da ocupação do solo, do declive e das áreas ardidas. Para efeitos da análise foi considerada a carta de perigosidade integrante de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arcos de Valdevez (2016-2020).

Na AIGP ZIF Arcos de Valdevez a distribuição pelas cinco classes de perigosidade faz-se da seguinte forma:

Classe	Área (ha)	% Área
Muito baixa	172,46	17
Baixa	214,01	21
Média	103,69	10
Alta	287,16	28
Muito alta	211,11	20
Nula	41,56	4

Tabela 8 – Perigosidade de incêndio florestal

Dos dados apresentados, verifica-se que apenas 24% da área da AIGP apresenta baixa ou nula perigosidade e que quase 50% da área está classificada nas classes mais altas de perigosidade correspondendo a espaços com declives elevados e onde a ocorrência de incêndios é recorrente ao longo dos anos.

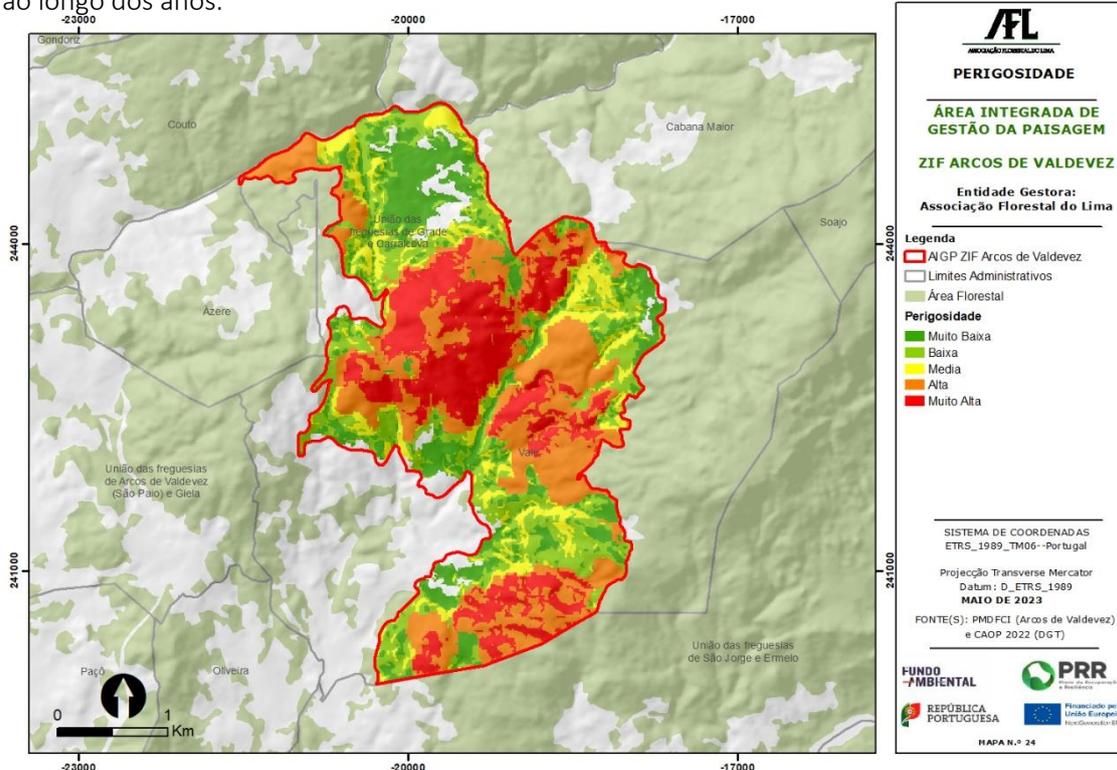


Figura 28 – Perigosidade

Para análise do parâmetro respeitante às interfaces diretas com territórios florestais utilizou-se a Carta da Interface Urbano-Rural 2018, produzida pela DGT, que apresenta os segmentos que integram a interface das áreas edificadas, classificados em função do tipo e proximidade do coberto circundante.

Cada um dos segmentos é classificado em função do tipo e da proximidade do coberto envolvente num dos seguintes tipos de interface estrutural:

- Direta – segmentos que estão em contacto imediato com coberto combustível representando na AIGP ZIF Arcos de Valdevez uma extensão de 10789 metros
- Indireta – segmentos que distam até 500 metros de coberto combustível representando na AIGP ZIF Arcos de Valdevez uma extensão de 11206 metros

Segundo o Decreto-Lei n.º 82/2021 que estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, as redes de defesa infraestruturam o território para defesa de pessoas, animais e bens e de gestão do fogo rural, sendo constituídas por:

- a) Rede primária de faixas de gestão de combustível
- b) Rede secundária de faixas de gestão de combustível
- c) Rede terciária de faixas de gestão de combustível
- d) Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- e) Rede viária florestal
- f) Rede de pontos de água
- g) Rede de vigilância e deteção de incêndios

A gestão de combustível nos territórios rurais é realizada através de faixas e de áreas estratégicas, onde se procede à modificação da estrutura vertical ou horizontal e à remoção total ou parcial da biomassa

A identificação dos elementos integrantes das redes de defesa teve por base a informação constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arcos de Valdevez (2016-2020).

a) Rede primária de faixas de gestão de combustível

A rede primária de faixas de gestão de combustível é definida para o nível regional cumprindo a função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo.

Os troços da rede primária definidos na área da AIGP perfazem um total de 84,71 hectares.

b) Rede secundária de faixas de gestão de combustível

A rede secundária de faixas de gestão de combustível cumpre funções de redução dos efeitos de passagem do fogo, protegendo de forma passiva vias de comunicação infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial e ainda

de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios. A rede secundária desenvolve-se nas envolventes:

- i. Da rede rodoviária e ferroviária;
- ii. Das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica e de transporte de gás e produtos petrolíferos;
- iii. Das áreas edificadas;
- iv. Dos estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo e parques de caravanismo, das infraestruturas e parques de lazer e recreio, das áreas de localização empresarial e dos estabelecimentos industriais, dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, dos postos de abastecimento de combustíveis, das plataformas logísticas e dos aterros sanitários;
- v. Das instalações de produção e armazenamento de energia elétrica e de gás;
- vi. Das infraestruturas de suporte ao SIRESP.

Na área correspondente à AIGP ZIF Arcos de Valdevez, estão delineadas no PMDFCI as seguintes faixas de gestão de combustível integrantes da rede secundária:

Tipologia	Área (ha)	Entidades responsáveis
Aglomerados populacionais	5,71	Proprietários
Rede viária	4,91	Infraestruturas de Portugal
Rede elétrica – Muito alta tensão	15,14	REN
Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível	4,63	Baldio
Rede elétrica –Alta tensão	2,21	EDP
Total	32,60	

Tabela 9 – Faixas de gestão de combustível – Rede secundária

Ainda de acordo com o Decreto-Lei n.º 82/2021:

- Os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos a menos de 50 metros de edifícios que estejam a ser utilizados para habitação ou atividades económicas não previstas no n.º 5 do artigo 49º do referido Decreto-Lei são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa com as seguintes dimensões:

- Largura padrão de 50 metros, caso esta faixa abranja terrenos florestais
- Largura padrão de 10 metros, caso esta faixa abranja terrenos agrícolas.

c) Rede terciária de faixas de gestão de combustível

A rede terciária de faixas de gestão de combustível, de interesse local, cumpre a função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios e é constituída pelas redes viária,

divisional e outras infraestruturas das unidades locais de gestão florestal e agroflorestal sendo definida nos instrumentos de gestão florestal.

Para a AIGP ZIF Arcos de Valdevez não estão identificadas áreas da rede terciária.

d) Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

As áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível visam minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos, condicionando o comportamento e a propagação do fogo na paisagem e minimizando os seus impactos. A localização e dimensão das áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível é definida nos programas sub-regionais de ação e obrigatoriamente integradas nos programas municipais de execução.

Estando o Plano Sub-Regional de Ação do Alto Minho em fase de elaboração, não estando definidas as áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, no âmbito da elaboração da OIGP da AIGP ZIF Arcos de Valdevez foram definidas um conjunto de áreas que poderão vir a configurar áreas estratégicas de mosaico de gestão de combustível tendo por base os mosaicos de parcelas de gestão de combustível definidos do Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF) da ZIF Arcos de Valdevez e que foram objeto de revisão considerando as seguintes possíveis situações:

- Áreas onde historicamente se verifica a passagem e abertura dos incêndios, nomeadamente zonas de confluência de linhas de água
- Áreas com elevada recorrência de incêndios (mais de 5 ocorrências desde 1975)
- Áreas onde historicamente os incêndios reduzem a sua dimensão, criando oportunidades de combate.

e) Rede viária florestal

A AIGP ZIF Arcos de Valdevez é servida por rede viária florestal, com uma densidade média de 26 m/ha, distribuída da seguinte forma:

Ordem	Extensão (m)
1ª ordem	2874
2ª ordem	21782
Complementar	2393
Total	27049

Tabela 10 – Rede viária florestal

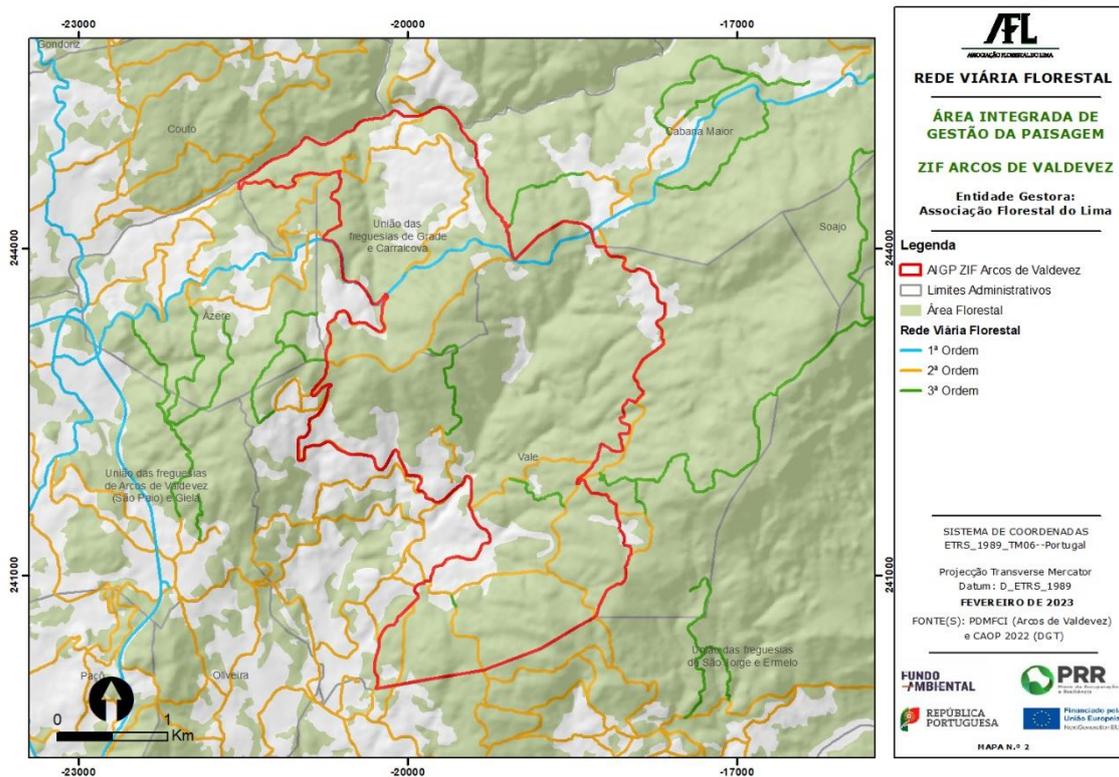


Figura 29 – Rede viária florestal

Uma parte significativa da rede viária florestal é constituída por caminhos florestais de largura inferior a 4 metros, em locais com declives significativos e não possuindo locais de viragem ou cruzamento ou sem ligação, o que condiciona significativamente a circulação nos espaços florestais quer para efeitos do acesso dos proprietários aos terrenos e gestão florestal quer para a realização de ações de vigilância e combate aos incêndios florestais. De referir ainda que grande parte destas vias se encontram em mau estado de conservação necessitando de intervenções de alargamento, regularização de plataforma e escoamento de águas pluviais.

f) Rede de pontos de água

A rede de pontos de água é constituída por um conjunto de estruturas de armazenamento de água, de planos de água e de tomadas de água.

Na AIGP existe um ponto de água integrante da rede de pontos de água estabelecida no PMDFCI, nomeadamente um tanque localizado na freguesia de Vale. Além deste, existem outras infraestruturas de armazenamento de água, como reservatórios, poços, piscinas e tanques de rega, que não estando identificados na rede de pontos de água são utilizados por alguns meios de combate a incêndios.

g) Rede de vigilância e deteção de incêndios

A vigilância dos territórios rurais visa aumentar o efeito de dissuasão, reduzindo o número de ocorrências, identificar agentes causadores ou suspeitos de incêndios ou situações e comportamentos anormais e detetar incêndios precocemente. A deteção tem por objetivo a identificação imediata e localização precisa das ocorrências de incêndio e a sua comunicação rápida às entidades responsáveis pela supressão.

A rede de vigilância é constituída pela Rede Nacional de Postos de Vigia, por sistema de videovigilância, meios de deteção móveis ou outros meios.

No concelho de Arcos de Valdevez, além da Rede Nacional de Postos de Vigia recorre-se aos pontos fixos de vigilância estratégicos, designados por Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE), para assegurar uma maior área de vigilância. As ações de vigilância fixa e móvel são habitualmente desenvolvidas pelas equipas de sapadores florestais, pela GNR e por elementos do ICNF.

g. Outros riscos e vulnerabilidades

No âmbito da validação da ocupação e uso do solo efetuada durante o ano de 2023, foi detetada a existência de pequenas manchas ocupadas com espécies invasoras do género *Acacia sp.* Embora sejam manchas de reduzida dimensão, carecem de ações de erradicação e controlo de forma a evitar a sua disseminação para áreas adjacentes. De referir ainda que na envolvente da AIGP existem espaços com fenómenos significativos de invasão com estas espécies, representando uma ameaça para a AIGP dada a sua capacidade de expansão, designadamente no caso da ocorrência de incêndios.

Não se registam à data situações relevantes em termos de pragas que afetem as espécies florestais presentes na AIGP, sendo apenas de relevar a presença da vespa das galhas do castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus*) e de vespa asiática (*Vespa velutina*) em escala para causar impacto negativo nas atividades de produção de castanha e apicultura.

Na área da AIGP ZIF Arcos de Valdevez não foram registados fenómenos meteorológicos extremos localizados. Contudo o contexto de alterações climáticas favorece o aumento destes fenómenos quer em frequência quer em intensidade.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pela sensibilidade, função e valor, ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. A REN abrange um total de 34% da superfície da AIGP, incluindo as seguintes tipologias

- Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo
- Áreas de cursos de água e respetivos leitos e margens
- Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos.

As ações a executar nestas áreas devem assegurar os usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais previstos para cada uma destas tipologias no Regime Jurídico da REN.

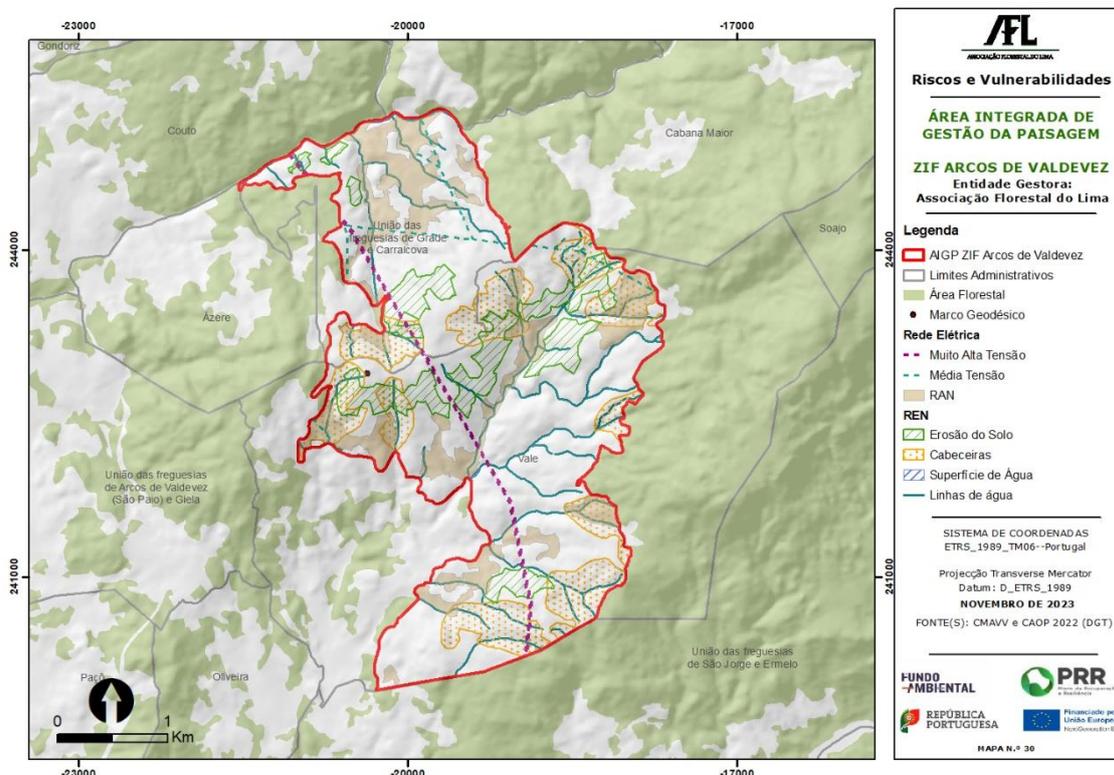


Figura 30 – Riscos e vulnerabilidades

h. Estrutura fundiária

A estrutura fundiária na AIGP ZIF Arcos de Valdevez é considerada de minifúndio constituída exclusivamente por propriedade privada.

A informação registada à data no âmbito do sistema de informação cadastral simplificada na AIGP ZIF Arcos de Valdevez totaliza 212 hectares correspondentes a 612 prédios rústicos.

i. Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial

A gestão florestal na área da AIGP sempre teve uma forte ligação com a agricultura. O aproveitamento dos matos para as camas dos animais e como fertilizante para as culturas agrícolas, impulsionava o seu corte nos espaços florestais. Existiam áreas de pastoreio, para onde o gado era levado pelos pastores. Todos os agricultores tinham animais, que eram apara quase todos a principal fonte de rendimento familiar (carne e leite). Os pinheiros eram cortados e vendidos quando era necessário fazer alguma despesa ou investimento extraordinário (comprar gado, máquinas agrícolas, casamento dos filhos, melhorias em casa, doenças, ou outras) ou então quando estavam mortos eram cortados e aproveitados para lenha. Raramente se cortavam os

pinheiros todos de uma bouça, cortando apenas “os melhores paus” e só os necessários para a despesa a fazer. Nesta região, a floresta era considerada como o “mealheiro do agricultor”

Existiam ainda carvalhos e outras folhosas nas zonas mais frescas, cuja madeira era aproveitada para fazer vigas, traves e caibros para as casas, para a tanoaria e também para lenha; a bolota era utilizada como alimento para os porcos. Os castanheiros ladeavam habitualmente os terrenos agrícolas e fazia-se o aproveitamento da castanha como alimento para pessoas e animais e da madeira para mobiliário.

O forte surto de emigração iniciado na década de 50 do século XX conduziu à uma forte redução e envelhecimento da população local e provocou uma diminuição da mão-de-obra disponível. Estas alterações sociais tiveram forte impacto nas atividades rurais.

A gestão dos matos foi diminuindo progressivamente devido ao abandono das áreas agrícolas, o gado também diminuiu, baixando conseqüentemente o pastoreio nas áreas florestais. A maior parte dos agricultores optou por colocar os animais a pastar nos campos uma vez que muitos destes terrenos deixaram de ser utilizados para as culturas agrícolas.

Atualmente a propriedade florestal é profundamente minifundiária, resultado das partilhas sucessivas pelos herdeiros, com a existência de terras sem dono conhecido, proprietários ausentes deslocados para meios urbanos ou para outros países e ainda uma grande maioria de proprietários florestais de idade avançada.

Todas estas alterações socio-económicas conduziram a alterações significativas na ocupação e uso do solo. As áreas florestais anteriormente ocupadas por pinheiro bravo estão hoje desarborizadas, grandemente em consequência dos incêndios florestais sucessivos) ou ocupadas por outras espécies. O eucalipto aumentou significativamente a sua área, quer por via da ocupação natural de áreas desarborizadas quer por via do investimento em novas plantações feito pelos proprietários.

No território da AIGP, a desertificação humana e o envelhecimento da população aliados aos movimento pendulares migratórios nas freguesias, bem como o crescente abandono da agricultura, trouxeram mudanças evolutivas da paisagem. Em termos ambientais, a situação devastadora relacionada com os incêndios é ainda agravada pela presença significativa de povoamentos não geridos de eucalipto e pinheiro bravo, com matos altos.

O carvalho e outras folhosas ocupam ainda áreas significativas da AIGP nomeadamente em áreas próximas de linhas de água e também em terrenos agrícolas abandonados.

Os dados demográficos (Censos 2021 – INE) evidenciam a realidade descrita de fenómenos de êxodo das populações dos meios rurais, de envelhecimento da população e de abandono das atividades do setor primário.

No quadro seguinte apresentam-se os dados da população residente (N.º) por freguesia e por grupo etário:

Grupo Etário	UF Grade e Carralcova	Vale	Total
0-9	34	52	86
10-19	44	64	108
20-29	41	72	113
30-39	45	80	125
40-49	38	78	116
50-59	67	89	156
60-69	105	129	234
70-79	67	129	196
80-89	63	72	135
90-99	13	11	24
> 100	0	0	0
Total	517	776	1293

Tabela 11 – População residente (n.º) por freguesia e grupo etário

A distribuição da população residente nas freguesias da AIGP por escalão etário apresenta uma distribuição em que se regista uma elevada proporção de população com mais de 60 anos representando quase 50% da população. De referir que para estas freguesias a percentagem de residentes com idade inferior a 20 anos é de apenas 15%.

No quadro seguinte, apresentam-se os dados relativos aos seguintes parâmetros demográficos:

- Taxa de variação da população residente (2011-2021) (%)
- Densidade populacional (N.º / km²)
- Índice de envelhecimento (N.º) – Relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o n.º de pessoas com 65 ou mais anos e o n.º de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos)

Parâmetro	UF Grade e Carralcova	Vale
Taxa de variação da população residente (2011-2021)	- 12,96%	- 14,69 %
Densidade populacional	32,26	43,78
Índice de envelhecimento	745,16	492,73

Tabela 12 – Taxa de variação da população residente, densidade populacional e índice de envelhecimento por freguesia

Para os 3 parâmetros apresentados, as freguesias da AIGP apresentam valores manifestamente preocupantes considerando a média para o concelho de Arcos de Valdevez que apresenta os seguintes valores:

- Taxa de variação da população residente = - 9,32 %
- Densidade populacional = 46,29
- Índice de envelhecimento = 387,83

No quadro seguinte, apresentam-se os dados relativos à população empregada (N.º) por setor de atividade económica:

Setor Atividade	UF Grade e Carralcova	Vale	Total
Primário	12	16	28
Secundário	38	80	118
Terciário	55	107	162
Total	105	203	308

Tabela 13 – População empregada (n.º) por setor de atividade e por freguesia

A distribuição da população empregada das freguesias da AIGP é demonstrativa do abandono a que as atividades do setor primário têm sido sujeitas, sendo que em 2021 este setor representava apenas 9% da população empregada das freguesias da AIGP ZIF Arcos de Valdevez.

Atualmente as atividades do setor primário são essencialmente desenvolvidas por pessoas idosas que já não têm uma atividade profissional ou por pessoas ativas que as realizam em complemento à sua atividade profissional e fora do horário laboral.

Com base nos dados do Recenseamento Agrícola – 2019 relativos à região de Entre Douro e Minho, verifica-se que a SAU média por exploração é de 4,8 hectares. A evolução dos últimos anos demonstra uma redução no número de explorações e um aumento da SAU média por exploração. Cerca de metade das explorações da região são dedicadas à produção de culturas permanentes, seguidas das explorações mistas que representam cerca de 24% do total.

Não existindo dados específicos para as freguesias da AIGP, seguramente que o valor médio da SAU será significativamente inferior ao da região, verificando-se também uma redução do número de explorações ao longo dos últimos anos. Grande parte das explorações dedicam-se a diversas produções como milho, feijão, hortícolas, vinha e fruteiras. As explorações agrícolas especializadas existentes são essencialmente de vinha existindo algumas de frutos de casca rija e de fruteiras. Existem também algumas explorações pecuárias com gado bovino, caprino e ovino.

Quanto às explorações florestais são explorações de muito reduzida dimensão com diversas parcelas dispersas geograficamente, algumas das quais dedicadas à produção de eucalipto para trituração, mas sendo a maioria composta por povoamentos mistos de eucalipto, pinheiro bravo e outras folhosas, designadamente carvalho alvarinho.

Dentro da AIGP e na sua envolvente existem diversos empreendimentos de turismo rural e de alojamento local que tiram partido da envolvente paisagística deste meio rural.

Na área da AIGP é também desenvolvida a atividade de caça, estando a AIGP parcialmente abrangidas pela Zona de Caça Associativa de Gião, gerida pela Associação Cultural e Recreativa de S. Jorge e pela Zona de Caça Associativa de Cabana Maior, gerida pela Associação de Caça e Pesca de Cabana Maior.

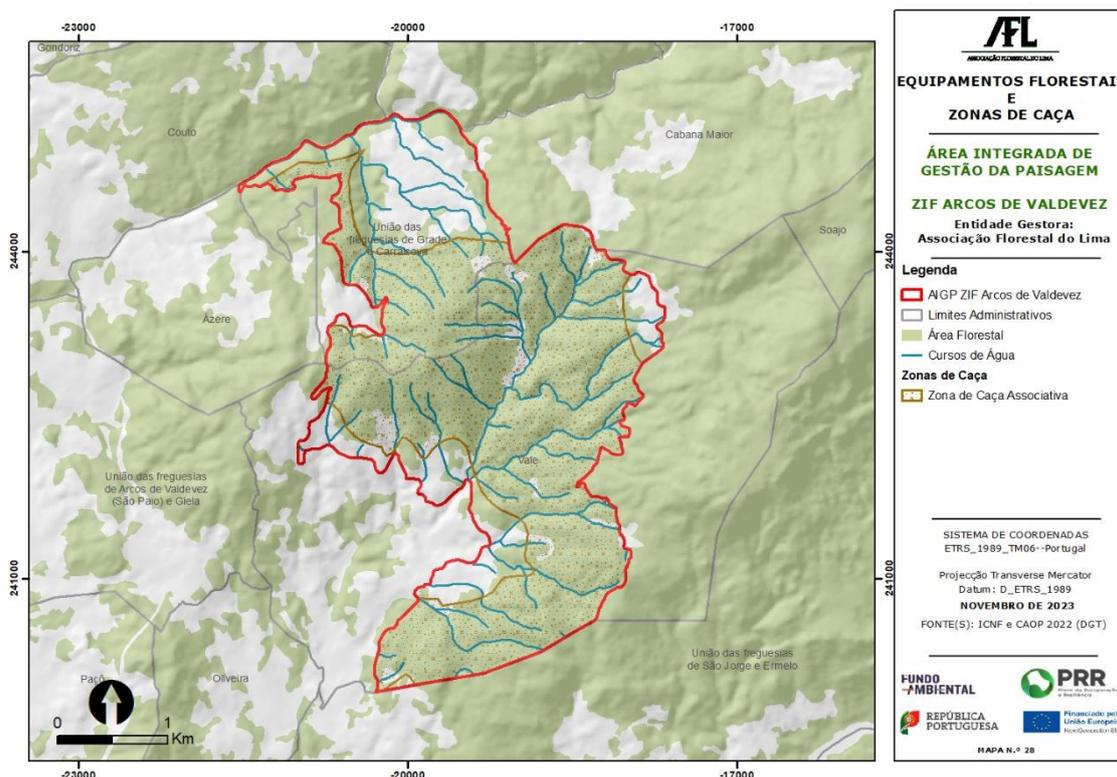


Figura 31 – Equipamentos florestais

j. Estrutura organizativa

A Associação Florestal do Lima é uma organização de proprietários florestais, entidade coletiva sem fins lucrativos e com área de intervenção nos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo. É uma organização de produtores florestais reconhecida pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas com o registo 030/M, tem o registo n.º 171/E como equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente e foi declarada, em Fevereiro de 2012, como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública pela Presidência do Conselho de Ministros.

É atualmente a entidade detentora de 7 equipas de sapedores florestais:

- SF 04-111 (Ponte de Lima)
- SF 05-111 (Arcos de Valdevez)
- SF 08-111 (Viana do Castelo)

- SF 09-111 (Ponte da Barca)
- SF 16-111 (Ponte de Lima)
- SF 18-111 (Ponte de Lima)
- SF 26-111 (Ponte de Lima)

A Associação Florestal do Lima é a entidade gestora de 8 Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), nomeadamente:

- ZIF Ponte de Lima (ZIF 063/06)
- ZIF Monte de Roques (ZIF 097/07)
- ZIF Ponte da Barca (ZIF 101/07)
- ZIF Arcos de Valdevez (ZIF 228/09)
- ZIF São Lourenço (ZIF 223/099)
- ZIF Serra de Santa Luzia (ZIF 224/09)
- ZIF Lima Vez (ZIF 254/11)
- ZIF Monte da Nó e Padela (ZIF 272/15)

A Associação Florestal do Lima é a entidade gestoras de 3 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), nomeadamente:

- AIGP ZIF São Lourenço
- AIGP ZIF Ponte da Barca
- AIGP ZIF Arcos de Valdevez

No território da AIGP existem diversas entidades e organizações relevantes para a implementação da OIGP em parceria com a entidade gestora, designadamente entre outras:

- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas – Direção Regional da Conservação da Natureza e Floresta do Norte
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
- Município de Arcos de Valdevez
- Junta de Freguesia de Grade e Carralcova
- Junta de Freguesia de Vale
- Associação para a Certificação Florestal do Minho-Lima
- Régie Lima – Cooperativa Florestal e Social
- ADRIL. – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima
- Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez
- Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca
- APIMIL – Associação dos Apicultores de Entre Douro e Minho

- Associação Cultural e Recreativa de S. Jorge
- Associação de Caça e Pesca de Cabana Maior

k. Projetos em curso ou aprovados

A área da AIGP está englobada no Plano de Gestão Florestal da ZIF Arcos de Valdevez atualmente em processo de revisão. Desconhece-se a existência à data de outros planos de gestão florestal aprovados para a área não dispondo também de informação sobre projetos de recuperação do potencial produtivo aprovados, executados ou execução e de compromissos plurianuais assumidos por beneficiários no âmbito dos programas de desenvolvimento rural e/ou medida condomínio de aldeia em cursos e/ou planeados.

Demonstração dos efeitos da proposta

As opções de transformação da paisagem no âmbito da OIGP da AIGP ZIF de Arcos de Valdevez visaram essencialmente o aumento da resiliência do território aos riscos, nomeadamente de incêndios rurais, a melhoria dos serviços dos ecossistemas, a revitalização económica e desenvolvimento rural no contexto de alterações climáticas.

Os aspetos considerados na tomada de decisão foram, entre outros:

a. Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

As ações e usos propostos suportaram-se nas características biofísicas e edafoclimáticas, como os parâmetros climáticos, o declive e exposição de vertentes, a altitude e o tipo e aptidão do solo. Foi também analisada a evolução da ocupação do solo. As condições edafoclimáticas são bastantes homogêneas em toda a área. Relativamente aos parâmetros biofísicos destacamos os declives verificando-se que mais de 40% da área apresenta declives superiores a 30%, a exposição de vertentes com predominância das exposições a oeste. Quanto à aptidão dos solos, verifica-se a predominância para a atividade florestal seguida da agricultura pouco intensiva. Da integração destas variáveis foi feita a escolha das ocupações e espécies mais adequadas a cada local.

b. Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas

As ações propostas pretende valorizar a biodiversidade invertendo os processos de perda de biodiversidade causados pelos incêndios florestais e pela ação antrópica. Da situação atual, com uma paisagem dominada por 2 ou 3 espécies pretende-se conseguir uma paisagem diversificada com uma estrutura em mosaico, resiliente e que assegure um aumento dos serviços dos ecossistemas. Para tal, procura-se promover a renaturalização das linhas de água, a melhoria dos povoamentos remanescentes das espécies autóctones, a instalação de novos povoamentos com espécies autóctones e a erradicação e controlo das espécies invasoras. A recuperação e reintrodução de espécies arbóreas autóctones assegurando uma gestão florestal sustentável, permitirá não só aumentar a resiliência e a produtividade lenhosas da área, mas também

assegurar a fixação de carbono atmosférico e melhorar o ciclo hidrológico, aumentando a infiltração de água no solo, abastecendo os aquíferos subterrâneos e reduzindo os fenómenos erosivos e de perda de solo.

c. Conetividade ecológica

Sendo a conetividade ecológica o modo como o território facilita ou dificulta os processos ecológicos, nomeadamente as deslocações das espécies por meio dos recursos do habitat existente na paisagem, uma proposta de alteração da paisagem tem de assegurar que não ocorrerá, por via da transformação, a perda ou fragmentação dos habitats das populações. Este aspeto é crítico em locais como as linhas de água, os fundos de vale e as cumeadas. Para tal, a proposta investe de forma expressiva na recuperação das galerias ripícolas, no aproveitamento agrícola dos fundos dos vales e na arborização das cumeadas com espécies resilientes ao fogo e que assegurem a resistência a fenómenos erosivos. A conetividade dentro da AIGP é essencialmente assegurada pelas galerias ripícolas que serão restabelecidas permitindo a mobilidade da fauna em toda a área através da interconexão com as áreas de mosaico de gestão de combustível e o acesso por via das linhas de cumeada.

d. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

Possuindo a AIGP uma densa rede de linhas de água, de carácter temporário e permanente, esta estrutura ecológica é vital para assegurar por um lado a descontinuidade dos povoamentos florestais e por outro o equilíbrio do ciclo hidrológico na área. O recurso água é um dos mais valorizados pelas populações locais quer para as diversas atividades rurais quer para a qualidade de vida das populações e atratividade do território. A proposta de transformação aposta fortemente na preservação e renaturalização das galerias ripícolas contribuindo para o aumento da biodiversidade, melhoria da conetividade ecológica e para a regularização do ciclo hidrológico através da redução dos fenómenos erosivos das margens e arrastamento de materiais. Estas ações contribuem também para a melhoria da qualidade da água uma vez que a galeria ripícola exerce uma função de filtro natural da água.

As opções da proposta tiveram também em consideração o peso que as áreas de reserva ecológica nacional relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre têm na área territorial da AIGP, nomeadamente os cursos de água e respetivos leitos e margens e as áreas estratégicas de infiltração e proteção e recarga dos recursos hídricos. Com efeito, procurou-se direcionar a transformação no sentido de prevenir e reduzir as perdas do recurso hídrico e melhorar a sua qualidade. A implementação de usos diversos contribui para a recarga do aquíferos, através da promoção da infiltração de água no solo e da redução da erosão através de técnicas adequadas de mobilização do solo e gestão da vegetação.

e. Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

A redução da vulnerabilidade do território ao fogo passa pelo planeamento do território e das suas infraestruturas, pela gestão florestal e silvicultura, pela criação de mosaicos na paisagem e pela gestão dos combustíveis. Considerando a análise efetuada ao histórico e causalidade dos incêndios na AIGP, importa planejar uma paisagem diversa e resiliente e assegurar uma rede de infraestruturas que possa garantir a segurança de pessoas e bens.

A atuação deve ser feita a 2 níveis:

- À escala da paisagem, diminuindo a continuidade do espaço florestal e promovendo a diversidade da sua composição
- À escala do povoamento reduzindo a carga combustível e melhorando a estrutura do povoamento

A proposta assenta em sistemas culturais capazes de aumentar a resiliência do território tendo em conta as características do território e o histórico de desenvolvimento e progressão do fogo. Existe uma forte aposta na proteção dos aglomerados populacionais e das edificações propondo ocupações com sistemas agroflorestais que protejam o interface urbano-florestal e em simultâneo reduzam ou eliminem os custos de manutenção destas áreas. Nas situações onde não for viável uma ocupação agroflorestal, será assegurada uma ocupação florestal com espécies resilientes ao fogo e baixos custos de manutenção.

Uma das prioridades da proposta é a criação de áreas de mosaicos de gestão de combustível, em locais estratégicos, de forma a condicionar o comportamento e progressão dos incêndios e minimizar os seus impactos. Embora o PSA esteja ainda em fase de elaboração, não estando por isso ainda aprovadas estas áreas, a proposta de inclusão das mesas no Plano será submetida à apreciação da Comissão Sub-Regional.

Outra das intervenções que contribuirá seguramente para redução da vulnerabilidade é a manutenção e reabilitação das galerias ripícolas na área da AIGP repondo a vegetação característica destes ecossistemas que assegurará a proteção dos espaços envolvente através da redução das condições de propagação do fogo.

A intervenção proposta para as cumeadas, com a instalação de povoamentos mistos de várias folhosas autóctones pretende assegurar zonas de quebra da continuidade dos povoamentos adjacentes constituindo uma barreira importante à progressão natural dos incêndios.

Em suma, a proposta de transformação da paisagem implicará uma significativa alteração do modelo de combustíveis na área, reduzindo as condições de propagação do fogo e melhorando as condições de combate e supressão de potenciais incêndios.

f. Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

Quanto a outros riscos e vulnerabilidades da área identifica-se a existência de um elevado risco natural associado à erosão hídrica no solo nas áreas de REN e também o risco de fenómenos de invasão biológica por espécies do género *Acacia sp.*

Embora a presença de acácias não seja atualmente relevante na AIGP importa assegurar a intervenção de controlo nas parcelas onde foi identificada a sua presença através de da instalação de povoamentos que assegurem uma rápida ocupação e ensombramento do solo e uma monitorização e intervenção permanente nestas parcelas. De referir ainda que na envolvente da AIGP existem manchas significativa com fenómenos de invasão pelos géneros *Acacia sp*, representando um risco potencial de expansão para a área da AIGP pelo que este será um aspeto objeto de monitorização permanente na gestão da OIGP.

Quanto ao risco de erosão hídrica do solo, procurar-se-á trabalhar na sua redução através da adequação das operações de mobilização do solo e de controlo da vegetação espontânea. As intervenções a efetuar serão no sentido de assegurar a máxima infiltração de água no solo e de garantir uma camada protetora de vegetação no solo garantindo, em simultâneo, níveis de combustíveis correspondentes a uma redução do risco de incêndio. Nos cursos de água preconiza-se a manutenção da vegetação ripícola ou a sua reintrodução sem mobilização do solo nas margens de forma a garantir as melhores condições ecológicas e o normal funcionamento do ciclo hidrológico.

g. Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e de outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

A intervenção proposta de transformação vai no sentido do aumento significativos dos povoamentos de espécies autóctones em mosaico, criando uma paisagem mais diversificada e valorizando as características naturais do terreno propícias ao desenvolvimento de atividades de recreio, lazer, desporto e turismo em espaço rural.

h. Promoção de povoamentos florestais ordenados, bio diversos, multifuncionais e resilientes

No contexto de redução da vulnerabilidade e aumento dos serviços de ecossistema a proposta de transformação assenta num aumento das áreas florestais com espécies autóctones e na reconversão de eucaliptais. A criação de uma paisagem em mosaico, com novos habitats contribuirá para um aumento da biodiversidade associada a estes espaços. Os povoamentos a instalar irão assegurar um aumento significativo dos níveis de ordenamento florestal e da multifuncionalidade destes espaços promovendo funções como a apicultura, a micologia e a produção de frutos de casca rijá, sempre numa perspetiva de aumento da resiliência e do valor económico e ambiental destes espaços.

i. Fomento da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A instalação de povoamentos agroflorestais na envolvente próxima aos aglomerados populacionais e edificações, além de pretender assegurar a segurança de pessoas e bens,

pretende também fomentar a agricultura e futuramente a silvopastorícia como atividades económicas.

A melhoria das condições dos povoamentos florestais contribuirá seguramente para a melhoria das condições para a instalação e desenvolvimento das espécies cinegéticas.

j. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A aposta principal da proposta de transformação da paisagem assenta na floresta enquanto ativo económico e ambiental, assente na produção de material lenhoso mas também na criação das condições necessárias à valorização paisagística do território tirando partido das características naturais do terreno e criando as condições para o seu usufruto pelas populações locais e para a dinamização de atividades ligadas ao turismo rural e de natureza, ao lazer e ao desporto de natureza.

A utilização de novos modelos de gestão conjunto e planeamento e realização coletivas das intervenções, permitirão um aumento da gestão ativa, um aumento da produtividade dos espaços e do rendimento dos proprietários florestais e se possível a criação de novos produtos e serviços que assegurem rendimentos intermédios aos proprietários. Com esta mudança de paradigma na gestão destes espaços rurais, procura-se contrariar os fenómenos de abandono dos espaços e atividades rurais e das situações de abandono ou falta de gestão dos espaços florestais.

Articulação com o quadro legal

A proposta de alteração da paisagem procura dar resposta às necessidades do território e às ambições dos titulares dos prédios rústicos mas também assegurar a consonância com os instrumentos de gestão territorial bem como o cumprimento das disposições legais aplicáveis às diversas servidões e restrições de utilidade pública.

a. Instrumentos de Gestão Territorial

Relativamente aos instrumentos de gestão territorial, não está prevista para a área da AIGP a elaboração de um Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem.

A área da AIGP coincidente com o Sítio de Importância Comunitária Rio Lima (PTCON0020) está sujeita ao Plano Setorial da Rede Natura, que constitui um instrumento de concretização da política nacional de conservação da biodiversidade, visando a salvaguarda e valorização dos Sítios e ZPE do território continental bem como a manutenção nestas áreas das espécies e habitats num estado de conservação favorável. Para cada uma das áreas classificadas o plano estabelece um conjunto de orientações de gestão abrangendo as seguintes temáticas:

- Agricultura e pastorícia
- Silvicultura

- Edificação e infraestruturas
- Outros usos e atividades
- Orientações específicas

No caso do SIC Rio Lima, as orientações de gestão são especialmente dirigidas para a conservação da ictiofauna migradora e outras espécies associadas ao meio aquático e à vegetação ripícolas. Entre as orientações definidas, destaca-se a necessidade de conservar e recuperar a vegetação ribeirinha autóctone, nomeadamente através da conservação e recuperação dos povoamentos florestais autóctones e da vegetação dos estratos herbáceos e arbustivos, efetuar desmatamentos seletivos e reduzir o risco de incêndio. Estas orientações servirão de suporte às ações a efetuar nas unidades de intervenção coincidentes com este sítio.

O Programa Regional de Ordenamento Florestal Entre Douro e Minho é um instrumento de gestão territorial que estabelece para a região as normas de intervenção sobre a ocupação e utilização dos espaços florestal, as quais têm como objetivo promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados. A visão estratégica do PROF é de que os espaços florestais devem ser utilizados numa perspetiva de uso múltiplo sustentável em prol da sociedade, garantindo o seu equilíbrio multifuncional, geradores de desenvolvimento económico e bens públicos, assumindo especial importância o incentivo a uma gestão mais ativa por parte dos proprietários florestais, a diversificação das produções e assegurar que as novas arborizações sejam realizadas no estreito respeito pelas orientações emanadas da legislação de DFCI. Para o efeito o plano estabelece como objetivos estratégicos entre outros:

- Redução do número de ignições e área ardida
- Redução da vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos e abióticos nocivos
- Aumento da produção e a produtividade nas áreas com aptidão para produção lenhosa
- Promoção da resiliência da floresta
- Valorização paisagística e das atividades de recreio dos espaços florestais
- Melhoria da produção económica dos povoamentos
- Diversificação das atividades e dos produtos nas explorações florestais e agroflorestais
- incentivo à gestão agrupada

A proposta de OIGP sendo suportada na criação de uma floresta biodiversa e com diversidade de produções escolhendo as culturas em função das condições edafoclimáticas locais e das características da estação considerando as diferentes funções dos espaços florestais procurar ir de encontro a estes objetivos do PROF.

A AIGP está inserida na sub-região homogénea Minho Interior do PROF:

Para esta sub-região, o PROF estabelece 3 funções gerais principais conforme o quadro infra:

SRH	Função
Minho Interior	A. Produção
	B. Proteção
	C. Silvopastorícia, Caça e Pesca nas Águas Interiores

Tabela 14 – Funções – Sub-regiões homogéneas – PROF Entre Douro e Minho

A proposta de OIGP procura definir ações que assegurem o cumprimento das funções principais das sub-regiões homogéneas promovendo a arborização com espécies com boa aptidão aos locais, promovendo a instalação de povoamentos agro-florestais com vista a uma futura utilização silvopastoril e realizando ações que recuperem e protejam os recursos naturais nomeadamente a água e o solo.

A escolha das espécies a instalar foi baseada nos grupos de espécies a privilegiar em cada uma das sub-regiões procurando adequar a escolha às condições edafoclimáticas locais e aos objetivos de gestão dos proprietários florestais, recaindo a escolha nas seguintes espécies *Pinus pinaster*, *Quercus robur*, *Acer pseudoplatanus*, *Castanea sativa*, *Fraxinus angustifolia*, *Alnus glutinosa* e *Chamaecyparis lawsoniana*.

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Arcos de Valdevez encontra-se em revisão. A proposta de OIGP teve em consideração o disposto no regulamento, planta de condicionantes e planta de ordenamento do PDM em vigor.

O PDM de Arcos de Valdevez estabelece a classificação do solo rural e urbano, em conformidade com o uso atual e a respetiva vocação. A AIGP abrange as seguintes categorias de solo rural

- a) Espaço Agrícola
- b) Espaço Florestal

O espaço agrícola corresponde a áreas de reconhecido interesse estratégico para a prática da agricultura e de outras atividades complementares. O espaço agrícola subdivide-se em área agrícola complementar e área agrícola condicionada (RAN).

A área agrícola complementar corresponde a áreas com vocação para a prática da agricultura que não integram a Reserva Agrícola Nacional.

A área agrícola condicionada corresponde aos solos com vocação para a prática da agricultura que integram a RAN; nestas áreas a disciplina de utilização é regulada pelo regime legal da Reserva Agrícola Nacional.

Nestas áreas existem condicionalismos à edificação, depósito de resíduos, a ações que provoquem efeitos nocivos no solo e à utilização de produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos, sendo permitidas atividades e ocupações com finalidade agrícola destinadas a potenciar o aproveitamento agrícola destes solos e a sustentabilidade da paisagem e dos valores naturais relevantes.

O espaço florestal corresponde ao conjunto de terreno ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração. Na área da AIGP ZIF Arcos de Valdevez o espaço florestal sub-divide-se nas seguintes categorias:

- a) Espaço Florestal de Produção
- b) Espaços Florestal Silvo-Pastoril
- c) Espaço Florestal de Proteção

As ações de ocupação e uso em áreas integradas em espaço florestal devem assegurar a preservação das suas características ou potencialidades, pela aplicação dos princípios de uso múltiplo florestal e através do desenvolvimento de sistemas de gestão florestal sustentável.

O espaço florestal de produção engloba as áreas florestadas de significativa dimensão e continuidade. Nas áreas de floresta de produção são condicionadas as seguintes utilizações: atividade produtiva em solos mais suscetíveis e a constituição de novos maciços contínuos de monoculturas de pinheiro bravo e eucalipto. Nestas áreas, a edificabilidade limita-se exclusivamente à consolidação de aglomerados urbanos existentes e à edificação isolada. Nas áreas de floresta de produção, devem ser promovidos e requalificados os espaços florestais degradados e em subexploração, a produção lenhosas de madeira de qualidade, rolaria e biomassa e a compartimentação do espaço, utilizando espécies menos vulneráveis ao fogo.

O espaço florestal silvo-pastoril engloba áreas acima da meia encosta, predominantemente incultas e cuja função dominante é a atividade silvopastoril, desempenhando funções de proteção ambiental e de enquadramento paisagístico. Nestas áreas são condicionadas entre outras a preparação mecanizada do terreno e a intervenção na vegetação existente e nas áreas com maior declive e a arborização com espécies de rápido crescimento, exploradas em revoluções curtas. Devem ser promovidas a silvopastorícia e a cinegética devidamente ordenadas e regulamentadas e a constituição de bosquetes de espécies indígenas.

O espaço florestal de proteção engloba as áreas ocupadas por floresta integradas em REN bem como algumas áreas ocupadas por floresta ou incultos com interesse ambiental, ecológico e paisagístico. A função dominante é a conservação destes valores através da preservação dos recursos hídrico, da biodiversidade e da não potenciação dos riscos de erosão. Nestas áreas estão condicionadas a produção lenhosas intensiva, a atividade produtiva em solos mais suscetíveis a riscos de erosão, a constituição de novos maciços contínuos de monoculturas de pinheiro bravo e eucalipto, a atividade cinegética e silvopastoril e a utilização de espécies de rápido crescimento. Nestas áreas devem ser privilegiadas a continuidade dos espaços que as integram e a utilização de espécies autóctones tanto no aproveitamento da regeneração natural, como em novas intervenções ou em ações de reconversão.

b. Instrumentos de gestão integrada de fogos rurais

O Programa Regional de Ação Norte (PRA-N) é um instrumento de programação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e estabelece a articulação entre o Programa Nacional de Ação (PNA) e os Programas Sub-Regionais de Ação (PSA) aplicáveis aos territórios das 8 comunidades intermunicipais do Norte. O PRA-N preconiza a adoção de medidas de médio e longo prazo que

incluem a valorização efetiva da paisagem, por via do reforço das atividades agrossilvopastoris e da gestão florestal. No Programa são definidas um conjunto de metas regionais no horizonte temporal de 2030 relativas ao aumento da área de floresta com gestão florestal sustentável, à remuneração dos proprietários florestais que prestam serviços de ecossistema, ao aumento do VAB florestal e à efetiva gestão de combustíveis. Para a prossecução das metas delineadas, foram identificados um conjunto de projetos-chaves, dos quais destacamos aqueles para os quais esta OIGP poderá ter um contributo direto:

1.1.2.2 – Sistema de informação cadastral simplificada

1.2.1.1 – Gestão agregada de territórios rurais

1.2.2.4 – Diversificação e qualificação da economia rural

2.1.1.2 – Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas

2.2.1.4 – Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

À data o Programa Sub-Regional de ação de gestão integrada de fogos rurais encontra-se em fase de elaboração e o Plano Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais apenas poderá iniciar a sua elaboração após a aprovação do Programa Sub-Regional.

Na elaboração da proposta de OIGP foi considerada a informação constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Arcos de Valdevez em vigor nomeadamente quanto às redes de defesa.

c. Servidões e restrições de utilidade pública

Em relação a servidões e restrições de utilidade pública, aplicam na AIGP ZIF Arcos de Valdevez as seguintes:

- **Regime florestal** – Não aplicável.

- **REN** – A reserva ecológica nacional é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pela sensibilidade, função e valor, ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. A REN tem por objetivos, entre outros, proteger os recursos naturais água e solo, prevenir e reduzir os efeitos da degradação das áreas estratégicas de infiltração e recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes. A REN abrange 34% da superfície da AIGP ZIF Arcos de Valdevez incluindo as seguintes tipologias:

- Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo

- Áreas de cursos de água e respetivos leitos e margens

- Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos.

As ações previstas para estas áreas assegurar os usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais previstos para cada uma destas tipologias no Regime Jurídico da REN. Algumas das intervenções preconizadas carecem de comunicação prévia à CCDRN, não estando prevista a realização de quaisquer ações que possa configurar os usos ou ações interditos previstos no artigo 20º do Regime Jurídico da REN.

- **RAN** – A Reserva Agrícola Nacional é o conjunto de terras que em virtude das suas características apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. É uma restrição de utilidade pública que estabelece condicionamento à utilização não agrícola do solo e que desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e a sua afetação à agricultura. Nas áreas de RAN são interditas todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola das terras e solos da RAN podendo existir utilizações não agrícolas quando não causem graves prejuízos para os objetivos da RAN e não exista alternativa viável foras das terras ou solos da RAN. A AIGP ZIF Arcos de Valdevez integra um total de 192 hectares de área de RAN.

- **Empreendimentos hidroagrícolas** – Não aplicável.

- **Linhas de alta tensão e antenas** – Regista-se a existência na AIGP de linhas elétricas de alta tensão e muito alta tensão.

- **Marcos geodésicos** – A Rede Geodésica Nacional é o conjunto de pontos (vértices geodésicos) de coordenadas determinadas com precisão. É constituída por cerca de 8600 vértices geodésicos, maioritariamente materializada por marcos geodésicos. Na AIGP existe um vértice geodésico designado “Castelo”. De acordo com o Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de Abril, em redor dos marcos geodésicos deve ser assegurada uma zona de respeito, nunca inferior a 15 metros de raio, na qual estão proibidas plantações, construções e outras obras ou trabalhos que obstruam as visibilidades das direções constantes das respetivas minutas de triangulação. Na envolvente do marco geodésico não está prevista a realização de qualquer intervenção no âmbito da AIGP.

- **Património classificado** – Na área da AIGP estão localizados os seguintes elementos de património:

- Torre de Grade.

- **Áreas protegidas** – Não aplicável.

- **Rede Natura 2000 (ZPE+ZEC)** – A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que visa assegurar a biodiversidade, através da conservação ou do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e da fauna selvagens num estado de conservação favorável, da proteção, gestão e controlo das espécies, bem como da regulamentação da sua exploração. Compreende as áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) e as Zonas de Proteção Especial (ZPE). As ZEC consistem num conjunto de sítios de importância comunitária em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou o restabelecimento do estado de conservação favorável dos habitats naturais ou as populações das espécies. As ZPE consistem num conjunto de áreas de importância comunitária no território nacional em que são aplicadas as medidas necessárias para a manutenção ou restabelecimento do estado de conservação das populações de aves selvagens e dos seus habitats. A AIGP ZIF Arcos de Valdevez integra parcialmente o Sítio de Importância Comunitária (SIC) Rio Lima, num total de 27 ha. Este sítio constitui um corredor ecológico de assinalável importância que facilita a ligação entre as montanhas do Noroeste e o Oceano Atlântico. Os habitats prioritários neste SIC são 0 4020 – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* e 0 91E0 – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*). Quanto às espécies de fauna prioritárias está identificado para o sítio o lobo ibérico (*Canis lupus*). No SIC Rio Lima as orientações de gestão são especialmente dirigidas para a conservação da ictiofauna migradora e outras espécies associadas ao meio aquático e à vegetação ripícola, destacando-se no âmbito da presente OIGP a conservação e recuperação da vegetação ribeirinha autóctone e os condicionamentos às intervenções nas margens e leito das linhas de água.

- **Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português**
– Não aplicável.

- **Domínio hídrico** – O domínio hídrico abrange as águas, os seus leitos e margens e pode ser público ou privado. Existe para garantir o acesso às águas, reconhecendo o seu interesse público. O Domínio Hídrico Público engloba o domínio hídrico público marítimo, o domínio público lacustre e fluvial e o domínio público das restantes águas. Assim, assumem-se como públicas as margens e os leitos das águas públicas, à exceção das parcelas reconhecidas como propriedade privada. Nas parcelas privadas de leitos ou margens de águas públicas não é permitida a execução de quaisquer obras sem autorização da entidade competente. Os proprietários destas parcelas devem mantê-las em bom estado de conservação e estão sujeitos às obrigações legais no que respeita à execução de obras hidráulicas necessárias à gestão adequada das águas públicas em causa, nomeadamente de correção, regularização, conservação, desobstrução e limpeza.

No caso da AIGP ZIF Arcos de Valdevez o domínio hídrico refere-se aos leitos e margens das águas não fluviáveis e não navegáveis existentes (largura da margem 10 metros). As ações e usos permitidos e interditos estão definidos na Lei n.º 54/2005, assegurando a proposta de intervenção para estas áreas o integral cumprimento das disposições legais.

- **Regime cinegético** – Cerca de 73% da área da AIGP coincide com a Zona de Caça Associativa do Gião, gerida pela Associação Cultural de Recreativa de São Jorge. As zonas de caça associativas são aquelas cujo aproveitamento cinegético é exercido por associações de caçadores que efetuam as ações de fomento e conservação da fauna cinegética convenientes à sua boa gestão.

A implementação das ações previstas na OIGP será articulada com a entidade gestora da zona de caça de forma a suprimir eventuais constrangimentos que possam advir da eliminação de vegetação e potenciar as vantagens decorrentes do aumento e dispersão de áreas cultivadas.

d. Planos de Gestão Florestal

A área territorial da AIGP está totalmente integrada no Plano de Gestão Florestal da ZIF Arcos de Valdevez (111.M.012.20121105); contudo este PGF está em processo de revisão por via da publicação do PROF Entre Douro e Minho.

Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

A constituição da AIGP ZIF Arcos de Valdevez foi publicitada pelo Município de Arcos de Valdevez, em conformidade com o disposto no Regime Jurídico de Transformação da Paisagem através de edital afixado em local de estilo do Município e na página de internet tendo sido também remetido às Juntas de Freguesia abrangidas para publicitação. A entidade gestora efetuou também a publicitação da respetiva página de internet e de Facebook.

Foi produzido um folheto informativo sobre a AIGP ZIF São Lourenço e os trabalhos em curso.

Com vista à informação aos proprietários sobre os trabalhos em curso e à sua mobilização para a realização do cadastro e adesão à OIGP foram realizadas diversas sessões informativas nas Juntas de Freguesias, reuniões com os proprietários, contactos telefónicos e via e-mail e contactos porta a porta nas freguesias.

Durante este processo, a entidade gestora promoveu diversas reuniões com os responsáveis do Gabinete Técnico Florestal e Balcão Único do Prédio do Município de Arcos de Valdevez para articulação dos trabalhos. Foram também realizadas diversas reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia, parceiros fundamentais neste processo para esclarecimento e mobilização dos proprietários.

As ações de informação, esclarecimento e mobilização dos proprietários florestais serão permanentes durante todo este processo para assegurar uma informada e consciente decisão dos mesmos sobre a adesão à OIGP, sobre o planeamento e execução das ações e sobre o acompanhamento e monitorização à sua execução.

Capítulo B. PROGRAMA DE EXECUÇÃO

B.1. Unidades de Intervenção

As unidades de intervenção correspondem a:

- Áreas com as mesmas condições edafoclimáticas e de ocupação do solo, nas quais se pretende realizar um conjunto de ações com as mesmas características, tendo em vista a sua reconversão para outro uso ou a manutenção e/ou valorização do uso existente.
- Elementos estruturais tais como pontos notáveis, sebes, muros ou socalcos, bem como infraestruturas lineares ou pontuais, a ser objeto de intervenção

Os pressupostos base considerados para definir as unidades de intervenção foram, de uma forma genérica, os seguintes:

- Instalação de povoamentos florestais das espécies mais indicadas às condições edafoclimáticas em cada local
- Efetuar o aproveitamento da regeneração natural dos povoamentos existentes promovendo ações de ordenamento e redução da combustibilidade
- Privilegiar o uso agrícola nas áreas com maior aptidão e nos vales dos cursos de água
- Manutenção e recuperação das galerias ripícolas ao longo das linhas de água
- Instalação de povoamentos agro-florestais nas zonas envolventes ao edificado e aglomerados populacionais
- Instalação de povoamentos mistos de folhosas autóctones nas cumeadas
- Valorização do povoamento florestal existente na área coincidente com o SIC Rio Lima
- Instalação de um mosaico diversificado de parcelas distribuída pelos pontos críticos de progressão dos incêndios com instalação de povoamentos de espécies que garantam a descontinuidade do espaço florestal e reduzam o risco de progressão de um incêndio no local, assegurando em simultâneo aos proprietários florestais a existência de povoamentos florestais com uma forte componente produtiva
- Reconversão de eucaliptais em situações não produtivas
- Execução das ações de instalação e manutenção dos povoamentos considerando os condicionalismos existentes, nomeadamente quanto a fenómenos de erosão, optando por operações adequadas a cada local e assegurando as melhores práticas florestais na intervenção
- Beneficiação da rede viária florestal de forma a assegurar as condições de circulação na área da AIGP quer para as ações de gestão florestais quer para os meios de combate a incêndio
- Beneficiação e recuperação de elementos do património cultural da área.

As unidades de intervenção integram grandes grupos, em função das suas características, dos objetivos propostos e das ações a realizar, tendo sido considerados os seguintes grandes grupos:

- Cumeadas – Folhosas (UI 001 – UI011)

São áreas coincidentes com cumeadas onde se propõe uma intervenção de arborização com espécies folhosas identificadas como prioritárias no PROF tendo por objetivos principais a valorização paisagística do território e o aumento da resiliência aos incêndios florestais em locais estratégicos em termos de comportamento de um possível incêndio. Nas áreas a intervir, além da ação de arborização será efetuada a eliminação do eucalipto mantendo contudo o arvoredo que assegura o cumprimento dos objetivos traçados para este grupo de unidades.

- Edificado – Mosaico – Castanheiro (UI012-UI019)

Estas unidades de intervenção localizam-se em zonas de interface entre o tecido edificado e os espaços florestais. Para estas unidades de intervenção preconiza-se uma intervenção no sentido de proteção das pessoas e bens criando faixas de proteção com reduzida carga combustível e de fácil manutenção. Simultaneamente pretende-se que estas unidades de intervenção se constituam como sistemas agro-florestais com a produção mista de fruto e lenho de castanheiro e criando condições para uma possível compatibilização futura com atividades de silvopastorícia.

- Edificado – Mosaico – Carvalho alvarinho (UI020-UI027)

Este grupo de parcelas tem o mesmo enquadramento que o grupo anterior, diferenciando-se no tipo de sistema agro-florestal a instalar, com recurso ao carvalho alvarinho, justificando-se esta opção pelas características edáficas dos locais e de forma a fazer o aproveitamento de povoamentos já existente da espécie, nos quais serão realizadas intervenções que assegurem a proteção do edificado e a componente silvopastoril.

- Linhas de água (UI028-UI038)

O grupo de unidades de intervenção destina-se essencialmente à proteção dos recursos hídricos através da recuperação de galerias ribeirinhas ao longo das linhas de água existentes no território, uma vez que este tipo de ecossistema sofreu um processo de degradação muito intenso ao longo do tempo que importa agora reverter. Assim serão executadas ações de instalação de povoamentos constituídos por folhosas ripícolas, mantendo o arvoredo das espécies compatíveis com estes ecossistemas e realizando a eliminação das outras espécies.

- Mosaico de gestão de combustível – Resinosas (UI039-UI0046)

Este grupo de unidades de intervenção tem como objetivo a instalação de um conjunto de áreas de mosaico de gestão de combustível que promovam uma alteração da ocupação do solo e a criação de descontinuidades nos espaços florestais mas assegurando em simultâneo aos proprietários um rendimento em material lenhoso de médio prazo e que pode ser complementado com outros rendimentos de curto prazo de produtos não lenhosos. Para estas áreas e de forma a assegurar os objetivos definidos, propõe-se uma espécie resinosa de folha curta definida como prioritária no PROF.

- SIC Rio Lima – (UI047-UI050)

Estas áreas coincidem com o Sítio de Importância Comunitária Rio nas margens do Rio Ázere. As intervenções preconizadas pretendem contribuir para a melhoria das condições de funcionamento do corredor ecológico protegendo a fauna e flora dos habitats prioritários através da melhoria da vegetação ripícola e eliminação de espécies prejudiciais aos mesmos.

- Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível – (UI051-UI058)

Este grupo de unidades de intervenção coincide com o traçado da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível. Sendo da responsabilidade legal do ICNF a implementação desta rede, não está a entidade gestora habilitada legalmente a fazê-lo. Contudo e numa perspetiva de uma intervenção global e integrada, preconizam-se para estas áreas ações de redução da carga combustível, nomeadamente controlo de vegetação espontânea, podas e desramação, de forma a assegurar que estas áreas não representam um risco para o projeto até que seja efetuada a instalação da rede primária.

- Controlo de invasoras lenhosas – UI059

A unidade de intervenção que integra este grupo corresponde a espaços florestais onde se verificam fenómenos de invasão biológica de espécies do género *Acacia* sp de intensidade elevada e que não têm enquadramento em nenhum dos grupos anteriores. Nestas unidades, serão realizadas ações de controlo das invasoras existentes e de reconversão dos povoamentos existentes para povoamentos de folhosas que possam mais eficazmente contribuir para este processo de controlo da invasão biológica e evitar a sua expansão para as áreas envolventes.

a. Mapeamento das unidades de intervenção

O mapa com as unidades de intervenção é apresentado no anexo 3.

b. Quadro das unidades de intervenção

No quadro 2, em anexo, é apresentada uma síntese descritiva das unidades de intervenção propostas, nomeadamente quanto ao tipo de intervenções, as operações a executar, a ocupação do solo atual e proposta, a principal função proposta e a quantificação da intervenção.

Complementarmente apresenta-se na tabela infra, a informação relativa às características de cada uma das unidades de intervenções e das ações preconizadas com a respetiva percentagem de intervenção na área total da unidade de intervenção (% AT).

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
UI-001	Beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho com adensamento	Controlo de vegetação espontânea (60% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (40% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (40% AT) / Adubação (40% AT) / Proteções individuais de plantas (40% AT) / Sacha e amontoa (40% AT) / Podas de formação (30% AT)
UI-002	Beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho com adensamento e com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (20% AT) / Controlo de vegetação espontânea (50% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (30% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (30% AT) / Adubação (30% AT) / Proteções individuais de plantas (30% AT) / Sacha e amontoa (30% AT) / Podas de formação (70% AT)
UI-003	Beneficiação de povoamento misto de carvalho alvarinho com adensamento e reconversão do eucaliptal	Controlo de vegetação espontânea (70% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (30% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (30% AT) / Adubação (30% AT) / Proteções individuais de plantas (30% AT) / Sacha e amontoa (30% AT) / Podas de formação (70% AT) / Destruição de cepos (30% AT)
UI-004	Beneficiação de povoamento misto de carvalho alvarinho com adensamento com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (20% AT) / Controlo de vegetação espontânea (40% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (40% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (40% AT) / Adubação (40% AT) / Proteções individuais de plantas (40% AT) / Sacha e amontoa (40% AT) / Podas de formação (60% AT)
UI-005	Reconversão de povoamento puro de pinheiro bravo em povoamento misto de folhosas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (30% AT)
UI-006	Reconversão de povoamento misto de pinheiro bravo em povoamento misto de folhosas	Controlo de vegetação espontânea (20% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (80% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (80% AT) / Adubação (80% AT) / Proteções individuais de plantas (80% AT) / Sacha e amontoa (80% AT) / Podas de formação (20% AT) / Destruição de cepos (50% AT)
UI-007	Reconversão de povoamento puro de eucalipto em povoamento misto de folhosas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (80% AT)
UI-008	Reconversão de povoamento misto de eucalipto em povoamento misto de folhosas	Controlo de vegetação espontânea (20% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (80% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (80% AT) / Adubação

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
		(80% AT) / Proteções individuais de plantas (80% AT) / Sacha e amontoa (80% AT) / Podas de formação (20% AT) / Destruição de cepos (70% AT)
UI-009	Reconversão de povoamento misto de eucalipto em povoamento misto de folhosas com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (20% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (80% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (80% AT) / Adubação (80% AT) / Proteções individuais de plantas (80% AT) / Sacha e amontoa (80% AT) / Podas de formação (20% AT) / Destruição de cepos (80% AT)
UI-010	Nova arborização com povoamento misto de folhosas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-011	Nova arborização com povoamento misto de folhosas e eliminação de eucaliptos dispersos	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> ; <i>Quercus rubra</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (10% AT)
UI-012	Reconversão de povoamento puro de pinheiro bravo em sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Rega (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (70% AT)
UI-013	Reconversão de povoamento misto de pinheiro bravo em sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (90% AT) / Adubação (90% AT) / Proteções individuais de plantas (90% AT) / Rega (90% AT) / Sacha e amontoa (90% AT) / Podas de formação (10% AT) / Destruição de cepos (90% AT)
UI-014	Reconversão de povoamento puro de eucalipto em sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Rega (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (80% AT)
UI-015	Reconversão de povoamento puro de eucalipto em sistema agroflorestal de castanheiro com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (30% AT) / Controlo de vegetação espontânea (70% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Rega (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (80% AT)
UI-016	Reconversão de povoamento misto de eucalipto em sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Rega (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (50% AT)

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
UI-017	Beneficiação de povoamento misto de castanheiro e instalação de sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (20% AT) / Adubação (20% AT) / Proteções individuais de plantas (20% AT) / Rega (20% AT) / Sacha e amontoa (20% AT) / Podas de formação (80% AT) / Destruição de cepos (20% AT)
UI-018	Beneficiação de sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Podas de formação (100% AT)
UI-019	Instalação de sistema agroflorestal de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Plantação – <i>Castanea sativa</i> P_ha = 204 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Rega (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-020	Beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho e instalação de sistema agroflorestal de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (70% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (30% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (30% AT) / Adubação (30% AT) / Proteções individuais de plantas (30% AT) / Sacha e amontoa (30% AT) / Podas de formação (70% AT)
UI-021	Beneficiação de povoamento misto de carvalho alvarinho, instalação de sistemas agroflorestal de carvalho alvarinho e eliminação do eucaliptal	Controlo de vegetação espontânea (50% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (50% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (50% AT) / Adubação (50% AT) / Proteções individuais de plantas (50% AT) / Sacha e amontoa (50% AT) / Podas de formação (50% AT) / Destruição de cepos (50% AT)
UI-022	Beneficiação de povoamento misto de carvalho alvarinho, instalação de sistemas agroflorestal de carvalho alvarinho com controlo de invasoras lenhosas e eliminação do eucaliptal	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (40% AT) / Controlo de vegetação espontânea (40% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (20% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (20% AT) / Adubação (20% AT) / Proteções individuais de plantas (20% AT) / Sacha e amontoa (20% AT) / Podas de formação (80% AT) / Destruição de cepos (20% AT)
UI-023	Reconversão de povoamento misto de pinheiro bravo em sistema agroflorestal de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (10% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (90% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (90% AT) / Adubação (90% AT) / Proteções individuais de plantas (90% AT) / Sacha e amontoa (90% AT) / Podas de formação (10% AT) / Destruição de cepos (70% AT)
UI-024	Reconversão de povoamento puro de eucalipto em sistema agroflorestal de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (70% AT)
UI-025	Reconversão de povoamento misto de eucalipto em sistema agroflorestal de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (10% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (90% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (90% AT) / Adubação (90% AT) / Proteções

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
		individuais de plantas (90% AT) / Sacha e amontoa (90% AT) / Podas de formação (10% AT) / Destruição de cepos (70% AT)
UI-026	Instalação de sistema agroflorestal de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-027	Instalação de sistema agroflorestal de carvalho alvarinho com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (100% AT) / Abertura manual de covas (100% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-028	Recuperação de galerias ribeirinhas com beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho com adensamento	Controlo de vegetação espontânea (60% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (40% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (40% AT) / Adubação (40% AT) / Proteções individuais de plantas (40% AT) / Sacha e amontoa (40% AT) / Podas de formação (60% AT)
UI-029	Recuperação de galerias ribeirinhas com beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho com adensamento e com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (20% AT) / Controlo de vegetação espontânea (50% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (30% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (30% AT) / Adubação (30% AT) / Proteções individuais de plantas (30% AT) / Sacha e amontoa (30% AT) / Podas de formação (70% AT)
UI-030	Recuperação de galerias ribeirinhas com beneficiação de povoamento misto de carvalho alvarinho com adensamento e eliminação de eucaliptal	Controlo de vegetação espontânea (80% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (20% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (20% AT) / Adubação (20% AT) / Proteções individuais de plantas (20% AT) / Sacha e amontoa (20% AT) / Podas de formação (80% AT) / Destruição de cepos (20% AT)
UI-031	Recuperação de galerias ribeirinhas com reconversão de povoamento puro de pinheiro bravo em povoamento misto de folhosas ripícolas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (40% AT)
UI-032	Recuperação de galerias ribeirinhas com reconversão de povoamento misto de pinheiro bravo em povoamento misto de folhosas ripícolas	Controlo de vegetação espontânea (10% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (90% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (90% AT) / Adubação (90% AT) / Proteções individuais de plantas (90% AT) / Sacha e amontoa (90% AT) / Podas de formação (10% AT) / Destruição de cepos (30% AT)
UI-033	Recuperação de galerias ribeirinhas com reconversão de povoamento puro de eucalipto em povoamento misto de folhosas ripícolas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 278 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (80% AT)

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
UI-034	Recuperação de galerias ribeirinhas com reconversão de povoamento misto de eucalipto em povoamento misto de folhosas ripícolas	Controlo de vegetação espontânea (30% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (70% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (70% AT) / Adubação (70% AT) / Proteções individuais de plantas (70% AT) / Sacha e amontoa (70% AT) / Podas de formação (30% AT) / Destruição de cepos (60% AT)
UI-035	Recuperação de galerias ribeirinhas com beneficiação de povoamento misto de folhosas ripícolas e adensamento	Controlo de vegetação espontânea (50% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (50% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (50% AT) / Adubação (70% AT) / Proteções individuais de plantas (50% AT) / Sacha e amontoa (50% AT) / Podas de formação (50% AT)
UI-036	Recuperação de galerias ribeirinhas com instalação de povoamento misto de folhosas ripícolas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-037	Recuperação de galerias ribeirinhas com instalação de povoamento misto de folhosas ripícolas e eliminação de eucaliptos dispersos	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (10% AT)
UI-038	Recuperação de galerias ribeirinhas com instalação de povoamento misto de folhosas ripícolas e controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (100% AT) / Abertura manual de covas (100% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-039	Nova arborização com instalação de povoamento puro de outras resinosas e beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (40% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (60% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (60% AT) / Adubação (60% AT) / Podas de formação (40% AT)
UI-040	Nova arborização com instalação de povoamento puro de outras resinosas e beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho com controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (20% AT) / Controlo de vegetação espontânea (20% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (60% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (60% AT) / Adubação (60% AT) / Podas de formação (40% AT)
UI-041	Beneficiação de povoamento puro de pinheiro bravo e adensamento com povoamento puro de outras resinosas	Controlo de vegetação espontânea (25% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (75% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (75% AT) / Adubação (75% AT) / Desramação (25% AT)

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
UI-042	Beneficiação de povoamento misto de pinheiro bravo e adensamento com povoamento puro de outras resinosas e eliminação do eucaliptal	Controlo de vegetação espontânea (50% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (50% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (50% AT) / Adubação (50% AT) / Podas de formação (10% AT) / Desramação (40% AT) / Destruição de cepos (10% AT)
UI-043	Reconversão de povoamento puro de eucalipto em povoamento puro de outras resinosas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Destruição de cepos (60% AT)
UI-044	Reconversão de povoamento misto de eucalipto em povoamento misto de outras resinosas e carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (30% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (70% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (70% AT) / Adubação (70% AT) / Podas de formação (30% AT) / Destruição de cepos (60% AT)
UI-045	Nova de arborização com instalação de povoamento puro de outras resinosas	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (100% AT) / Adubação (100% AT)
UI-046	Nova de arborização com instalação de povoamento puro de outras resinosas e eliminação de eucaliptos dispersos	Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Chamaecyparis lawsoniana</i> P_ha = 1333 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Destruição de cepos (10% AT)
UI-047	Beneficiação de povoamento puro de carvalho alvarinho com adensamento	Controlo de vegetação espontânea (70% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (30% AT) / Plantação – <i>Quercus robur</i> P_ha = 950 (30% AT) / Adubação (30% AT) / Proteções individuais de plantas (30% AT) / Sacha e amontoa (30% AT) / Podas de formação (70% AT)
UI-048	Beneficiação de povoamento misto de carvalho alvarinho com adensamento e eliminação do eucaliptal	Controlo de vegetação espontânea (40% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (60% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> (60% AT) / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (60% AT) / Adubação (60% AT) / Proteções individuais de plantas (60% AT) / Sacha e amontoa (60% AT) / Podas de formação (40% AT) / Destruição de cepos (20% AT)
UI-049	Reconversão de povoamento misto de pinheiro bravo em povoamento puro de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (30% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (70% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> (70% AT) / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (70% AT) / Adubação (70% AT) / Proteções individuais de plantas (70% AT) / Sacha e amontoa (70% AT) / Podas de formação (30% AT) / Destruição de cepos (50% AT)
UI-050	Reconversão de povoamento puro de eucalipto em povoamento puro de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Limpeza de matos e abertura de covas manuais (100% AT) / Plantação – <i>Fraxinus angustifolia</i> ; <i>Alnus glutinosa</i> (100% AT) / <i>Betula celtiberica</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT) / Destruição de cepos (70% AT)

ID da UI	Intervenção	Ações a realizar
UI-051	Gestão de combustível em povoamento puro de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Podas de formação (30% AT)
UI-052	Gestão de combustível em povoamento misto de carvalho alvarinho	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Podas de formação (40% AT)
UI-053	Gestão de combustível em povoamento misto de pinheiro bravo	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Podas de formação (10% AT) / Desramação (20% AT)
UI-054	Gestão de combustível em povoamento puro de eucalipto	Controlo de vegetação espontânea (100% AT)
UI-055	Gestão de combustível em povoamento misto de eucalipto	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Podas de formação (15% AT)
UI-056	Gestão de combustível em povoamento puro de castanheiro	Controlo de vegetação espontânea (100% AT) / Podas de formação (100% AT)
UI-057	Gestão de combustível em área de matos	Controlo de vegetação espontânea (100% AT)
UI-058	Nova arborização com instalação de povoamento puro de folhosas e controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (100% AT) / Abertura manual de covas (100% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-059	Nova arborização com instalação de povoamento puro de folhosas e controlo de invasoras lenhosas	Corte e pincelagem de invasoras lenhosas (100% AT) / Abertura manual de covas (100% AT) / Plantação – <i>Acer pseudoplatanus</i> P_ha = 950 (100% AT) / Adubação (100% AT) / Proteções individuais de plantas (100% AT) / Sacha e amontoa (100% AT)
UI-060	Sem intervenção - FGC - Rede secundária - Rede viária	Sem intervenção
UI-061	Sem intervenção - FGC - Rede secundária - Rede elétrica – Muito alta tensão	Sem intervenção
UI-061	Sem intervenção - FGC - Rede secundária - Rede elétrica - Alta tensão	Sem intervenção
UI-063	Manutenção de rede viária	Beneficiação de caminhos, com alargamento
UI-064	Recuperação de estruturas tradicionais	Recuperação de estruturas tradicionais

Tabela 15 – Unidades de intervenção – Características e ações

B.2. Modelo de Exploração Florestal

Para todas as unidades de intervenção com ocupação do solo a manter ou proposta correspondente às tipologias da COS floresta, superfícies agroflorestais (SAF), matos e pastagens espontâneas é explicitado o modelo de gestão e exploração. Esta informação é apresentada nas tabelas seguintes.

O modelo de exploração inclui a organização da gestão e zonamento funcional dos espaços florestais, identificando os modelos de silvicultura aplicáveis para cada tipo de povoamento florestal e as intervenções florestais necessárias à adequação aos objetivos do modelo de silvicultura (condução de povoamentos), identificadas em cada unidade de intervenção. Este modelo integra ainda as operações silvícolas legalmente obrigatórias quanto à defesa da floresta contra incêndios, à defesa contra os agentes bióticos e à proteção dos recursos naturais água e solo, tendo em consideração as orientações e normas do PROF Entre Douro e Minho. Para as áreas de matos, em particular para as que evidenciam uma elevada incidência de fogo, são definidas propostas de atuação incidindo na sua carga, continuidade e intensidade do fogo.

- T1: Resumo, Identificação e Localização

- T1.1. Dados de referência para localização

No quadro T1.1., em anexo, apresenta-se a informação relativa aos dados de referência para localização da Operação Integrada de Gestão da Paisagem.

- T1.2. Usos do Solo

No quadro T1.2., em anexo, apresentam-se os dados respeitantes aos usos do solo, reportados à realidade atual e à proposta de ocupação futura pós-intervenção para as seguintes classes:

- Floresta
- Superfícies agroflorestais
- Matos
- Pastagens espontâneas
- Agricultura
- Outros usos

- T1.3. Espécies principais

No quadro T1.3., em anexo, apresentam-se os dados relativos às espécies florestais nas classes de uso do solo Floresta e Superfícies Agroflorestais, quer no que respeita à situação atual quer para a proposta de transformação da paisagem.

- T2: Descrição

- T2.1. Descrição da componente florestal

O quadro T2.1., em anexo, apresenta a descrição da componente florestal atual para cada uma das unidades de intervenção, nomeadamente quanto à composição do povoamento florestal, a sua estrutura, condição e fase de desenvolvimento, a sua idade, altura e diâmetro à altura do peito médios.

- T2.2. Descrição da componente matos e pastagens

Para as unidades de intervenção com ocupação de matos, apresenta-se no quadro T2.2., em anexo, a descrição das suas características quanto à composição, espécies, condição e existência de árvores fora do povoamento.

- T2.3. Descrição da componente arbórea (UI a reverter)

No quadro T2.3., em anexo, é apresentado um quadro com a descrição da componente arbórea das unidades de intervenção que serão objeto de ações de reconversão, com os dados respeitantes à sua ocupação atual, composição do povoamento, espécies e condição, e à proposta de ocupação futura.

- T3: Organização e zonamento funcional

No quadro T3, em anexo, apresenta-se a informação relativa à organização e zonamento funcional dos espaços florestais designadamente quanto ao uso do solo, tipo de povoamento proposto, a função principal em conformidade com as funções definidas para os espaços florestais do Programa de Ordenamento Florestal do Entre Douro e Minho (PROF EDM), os objetivos da gestão e subfunções e ainda o modelo de silvicultura preconizados com base nos modelos de silvicultura estabelecidos no PROF EDM.

- T4: Programas operacionais

- T4.1. – Programa de gestão e intervenção na componente florestal

Os dados integrantes do programa de gestão e intervenção na componente florestal da OIGP apresentam-se no quadro T4.1., em anexo. Este programa estabelece quais as ações a desenvolver nas diferentes unidades de intervenção ao longo do tempo e no que respeita a ações de arborização ou re-arborização, intervenções culturais e de manutenção dos espaços, o programa de cortes e de gestão dos recursos não lenhosos. Esta definição foi suportada nos modelos de silvicultura do PROF Entre Douro e Minho. A referência temporal para os povoamentos a instalar é o ano de instalação dos povoamentos (Ano 0); para os povoamentos existentes, o ano da execução das ações previstas é estabelecido em função da idade dos povoamentos no ano de início da intervenção na OIGP.

- T5 – Programa de infraestruturas DFCI e rede viária

O quadro T5, em anexo, apresenta o programa de intervenção na rede viária, no que respeita à previsão temporal das ações de beneficiação de caminhos de forma a assegurar as condições de acesso aos espaços florestais quer para efeito das ações de gestão florestal quer para os meios de combate a incêndios rurais. Os anos propostos para intervenção tem por base o ano de início da intervenção na OIGP (Ano 0)

B.3. Modelo de Intervenção em Áreas Agrícolas

Para as unidades de intervenção com ocupação do solo a manter ou proposta correspondentes às tipologias da COS agricultura e pastagens melhoradas, o modelo de intervenção baseia-se essencialmente na manutenção da atividade agrícola e de pastagens espontâneas segundo as práticas tradicionais. Na área da AIGP predomina a atividade agrícola familiar maioritariamente para auto consumo, com produções de milho, feijão, hortícolas, vinha e fruteiras. Nos últimos tempos tem-se verificado um aumento das explorações especializadas dedicadas vinha e que associam esta atividade agrícola à vertente turística. A aplicação de novos modelos de gestão com escala no território da AIGP, apresenta-se inviável considerando a dimensão das explorações e a estrutura socio-económica. Contudo, é de extrema relevância a manutenção da atividade agrícola tradicional como complemento ao rendimento das familiar e como contributo para a manutenção da paisagem em mosaico e para os serviços dos ecossistemas, pelo que devem também ser objeto de valorização neste projeto.

A instalação de sistemas agroflorestais, na envolvente das zonas edificadas, pretende, além do objetivo de redução do risco de incêndio, criar condições e promover o desenvolvimento de atividades complementares nestes espaços, como sejam a silvopastorícia, a produção de castanha e outros produtos não lenhosos, como os cogumelos, o mel ou as plantas aromáticas.

Capítulo C. INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

C.1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

Para a concretização das OIGP, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) tem inscrita uma dotação para o seu financiamento através do investimento RE-C08-i01 – Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis, nomeadamente as ações de reconversão e valorização da paisagem (investimento inicial). Atendendo aos apoios de financiamento disponíveis no PRR, a OIGP apresenta uma estimativa dos valores de investimento necessários para a realização das ações previstas nas diferentes unidades de intervenção da OIGP, considerando as ações elegíveis e os respetivos valores unitários de referência, identificados na orientação técnica OT n.º 03/C08-I01.01/2023 (2ª republicação). De acordo com esta OT, para efeitos deste financiamento, é celebrado um contrato entre o Fundo Ambiental e a Entidade Gestora, o qual exige que, no mínimo, 50% do total de área da OIGP esteja nas seguintes condições:

- a) Com acordo com os proprietários
- b) Integradas nas estruturas de resiliência e ecológica – faixas e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível aprovadas e leitos e margens de cursos de água, bem como eliminação e controlo de invasoras.

a. Investimento global estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

No quadro 3, em anexo, são apresentados os quantitativos estimados para a execução das ações de reconversão e valorização da paisagem, correspondentes ao investimento inicial, identificando o tipo de intervenção, os grupos e as operações a realizar, a sua dimensão, o custo unitário de referência e a estimativa do custo total. Para cada unidade de intervenção, é apresentado um valor estimado de custo global de intervenção, considerando os custos unitários das diversas ações previstas e a % de área da intervencionar em cada uma das ações.

Os custos de referência são os constantes na orientação técnica OT n.º 03/C08-I01.01/2022 (versão de novembro de 2023); para as ações não previstas na orientação técnica foram utilizados os valores de referência constantes das tabelas CAOF 2022 para ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais e beneficiação de povoamentos florestais.

Para as intervenções previstas de beneficiação das infraestruturas tradicionais, na ausência de tabelas de custos de referência, foram utilizados orçamentos comerciais para as ações propostas.

b. Síntese do investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

Apresenta-se no quadro 4 em anexo a informação respeitante à estimativa do custo total estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem em função da classe de ocupação do solo proposta. Os valores de referência utilizados são os referidos no ponto anterior.

C.2. Sistemas Culturais Elegíveis para Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas

a. Montantes globais estimados para remuneração dos serviços de ecossistemas

A informação relativa aos sistemas culturais elegível para a remuneração dos serviços de ecossistemas é apresentada no quadro 5 em anexo. A estimativa do montante anual foi calculada para cada unidade de intervenção, considerando a área a intervenção e as suas características e os valores de referência estabelecidos na orientação técnica “Apoios a 20 anos - Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços dos ecossistemas”. Estes apoios são dirigidos aos sistemas culturais que contribuem para o aumento da resiliência e diminuição da vulnerabilidade do território aos incêndios rurais, sendo atribuído um valor base, que é majorado em função dos seguintes fatores:

- Declive
- Integrar a estrutura da paisagem
- Integrar os sistemas da Reserva Ecológica Nacional

Os valores apresentados foram calculados para as unidades de intervenção objeto de financiamento no âmbito do PRR, devendo ainda ser consideradas as demais áreas com ocupação relativa aos sistemas culturais elegíveis. De referir ainda, o apoio unitário no valor de 800 €/ha a ser pago uma única vez nas situações de reconversão de eucaliptais em áreas estratégicas de mosaico de gestão de combustível.

C.3. Demonstração da Sustentabilidade Económica e Financeira da Proposta

A demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta reveste-se de elevada complexidade e eventualmente desajustada ao projeto em questão. A proposta de OIGP assenta na sua essência numa profunda transformação da paisagem neste território sendo imensuráveis os benefícios que poderão advir do sucesso desta operação ligados a aspetos, entre outros, como a proteção dos recursos hídricos, a segurança das populações, o desenvolvimento do potencial turístico do território, ao aumento dos inúmeros serviços dos ecossistemas fornecidos por esta área.

O sucesso deste projeto e a sua sustentabilidade futura suportam-se em 2 grandes pilares: a redução da incidência dos incêndios rurais e a criação de valor para os proprietários e comunidades rurais. As opções de transformação propostas procuram responder a estes 2 fatores críticos criando por um lado uma floresta mais resiliente aos incêndios e promovendo ocupações do solo que possam ser económica, social e ambientalmente sustentáveis no curto médio e longo prazo.

O sucesso desta transformação não se esgota na OIGP sendo fulcral o desenvolvimento e a integração de outros projetos que possam colaborar no alcance da desejada sustentabilidade, nomeadamente nas áreas da agricultura, do turismo e de outras atividades económicas que possam aumentar as receitas geradas através de produtos e serviços com retorno financeiro para os proprietários e as comunidades.

A realização de um estudo de viabilidade económica e financeira para esta operação exige um nível de informação e detalhe que não se encontra atualmente disponível.

As estimativas de custos na implementação do projeto incluem no período temporal de 2 anos, os custos das ações de reconversão e valorização da paisagem, financiadas pelo PRR, identificando-se como um custo relevante o IVA relativo a estas operações considerado despesa não elegível no âmbito do financiamento.

Para o período temporal de 20 anos, são de considerar os custos de manutenção dos investimentos realizados nos 2 primeiros anos, financiados pelo Fundo Ambiental, e que comportam, entre outras, ações de controlo de invasoras lenhosas, manutenção das áreas do mosaico de parcelas de gestão de combustível, das galerias ripícolas, das áreas de especial importância para a conservação e da rede viária.

Quanto às receitas, serão consideradas entre outras as relativas à comercialização do material lenhoso a extrair dos povoamentos florestais a instalar, as da comercialização de produtos florestais lenhosos como a castanha e outros que resultem de atividades a desenvolver nas áreas florestais intervencionadas como a silvopastorícia, a apicultura e a produção de cogumelos. Devem ser também consideradas como receitas, os montantes de apoio a 20 anos para remuneração dos serviços dos ecossistemas sendo contudo de difícil contabilização já que a fórmula utilizada para o seu cálculo não permite individualizar este pagamento do apoio para a realização das ações de manutenção. Há que considerar todas as externalidades positivas que se espera venham a ser geradas com esta transformação da paisagem, as quais são contudo de muito difícil internalização como receitas para os proprietários.

Os objetivos de receita desta proposta de Operação Integrada de Gestão da Paisagem são essencialmente baseados na criação de um sistema de gestão que possa assegurar uma paisagem resiliente e a melhoria de todos os recursos a ela associados. O sucesso deste sistema está diretamente interligado com a capacidade desta transformação assegurar o contínuo fornecimento de bens e serviços às comunidades rurais e criar as condições para o desenvolvimento de atividades diversas que promovam a valorização económica deste território fixando as suas populações e atraindo investimentos diversos.

Capítulo D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

D.1. Carta da Situação Cadastral e de Adesão

No anexo 4 apresenta-se o mapa da situação cadastral com base nos dados mais recentes disponíveis à data, no qual estão representados os prédios rústico objeto de identificação no Balcão Único do Prédio do Município de Arcos de Valdevez.

D.2. Modelo de Gestão e Contratualização

a. Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A Associação Florestal do Lima é a entidade gestora da AIGP ZIF Arcos de Valdevez e assumirá a gestão e a execução da Operação Integrada de Gestão da Paisagem, respeitando os princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da imparcialidade, da proporcionalidade, da boa-fé, da tutela da confiança, da sustentabilidade, da responsabilidade, da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não discriminação.

A Associação Florestal do Lima é uma organização de proprietários florestais, entidade coletiva sem fins lucrativos e com área de intervenção nos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte de Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo. É uma organização de produtores florestais reconhecida pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas com o registo 030/M, tem o registo n.º 171/E como equiparada a Organização Não Governamental do Ambiente e foi declarada, em Fevereiro de 2012, como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública pela Presidência do Conselho de Ministros.

A gestão da Associação Florestal do Lima é assegurada por uma Direção suportada nas deliberações da Assembleia-Geral de associados em conformidade com os estatutos da Associação. À data, a Associação Florestal do Lima representa mais de 2500 proprietários e produtores florestais seus associados. Está dotada de um corpo técnico com largos anos de experiência no apoio à gestão florestal e prevenção de incêndios rurais, sendo constituído por 3 técnicos florestais, 1 técnico administrativo e financeiro, 1 técnico do ambiente e 1 técnico de SIG.

b. Modelo de acesso a execução dos financiamentos

A execução das ações de reconversão e valorização da paisagem, objeto de candidatura a financiamento através do investimento RE-C08-i01 – Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis do PRR, será integralmente assegurada pela Associação Florestal do Lima, mediante aprovação da referida candidatura.

Para as ações posteriores de manutenção, objeto dos apoios à manutenção e gestão e remuneração dos serviços dos ecossistemas até 20 anos, a Associação Florestal do Lima assumirá o compromisso com os proprietários de submissão de candidaturas às diversas fontes de financiamento, designadamente ao Fundo Ambiental e demais organismos financiados, e da sua execução mediante a aprovação das candidaturas.

Nas situações em que o proprietário pretenda assegurar a execução das ações de manutenção, será estabelecido um compromisso distinto entre a entidade gestora e o proprietário que defina as condições de acesso ao financiamento e as responsabilidades a assumir pelo proprietário na gestão e utilização do financiamento e o modelo de monitorização e apoio a adotar pela entidade gestora. Nestas situações, o proprietário será responsabilizado pelo incumprimento na execução das ações e nas irregularidades na utilização dos apoios, não podendo a Associação Florestal do Lima e demais proprietários ver a sua atividade prejudicada por terceiros.

Nos casos em que o proprietário seja conhecido mas não pretenda aderir à OIGP, será desencadeado o procedimento de arrendamento forçado e a gestão dos prédios rústicos será assumida pela entidade gestora, mediante renda justa calculada de acordo com as disposições legais.

No caso de prédios sem dono conhecido, a gestão dos prédios é assumida pela Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.

c. Modelo de contratualização de compromissos

À data, o compromisso entre a entidade gestora e o proprietário é suportado na subscrição pelo proprietário de uma declaração de compromisso de início de trabalhos da OIGP em que se compromete, entre outros, a colaborar no desenvolvimento das operações através de uma das modalidades previstas na lei, a fixar em declaração de compromisso final que integrará o projeto final da OIGP.

Posteriormente, será formalizada uma declaração de compromisso final por parte dos proprietários, conforme minuta em anexo, com identificação das tipologias de uso previstas para os prédios e de colaboração no desenvolvimento das operações através de uma das seguintes modalidades previstas na lei:

-Proprietários aderentes com transmissão do direito de gestão à entidade gestora – neste casos será celebrado um contrato de arrendamento entre o proprietário e a entidade gestora

- Proprietários aderentes com gestão própria -nestes casos será estabelecido um acordo entre o proprietário e a entidade gestora de compromisso do proprietário na execução das ações previstas e da entidade gestora no apoio técnico e na monitorização à execução das ações.

d. Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado

De acordo com a legislação em vigor, a Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. é a entidade gestora dos prédios sem dono conhecido registados a favor do Estado. No caso dos prédios sem dono conhecido no limite territorial da OIGP, a entidade gestora estabelecerá contratos de arrendamento com a Florestgal, pelos prazos e nas condições definidas na lei para este efeito.

No caso dos prédios em que o proprietário não manifeste a intenção de executar de forma voluntária as intervenções previstas na OIGP, o Estado pode recorrer ao arrendamento forçado, sendo, decorridas todas as formalidades previstas na lei, delegados na entidade gestora os poderes de gestão e administração do prédio, mediante o pagamento de uma renda cujo valor é fixado por portaria do Governo.

e. Síntese com identificação dos proprietários, respetivos prédios e modalidades de contratos

No quadro 6, em anexo, apresenta-se a informação relativa aos prédios identificados no BUPI e a respetiva situação de adesão.

Capítulo E. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

Para monitorização do processo de implementação da Operação Integrada de Gestão da Paisagem, são definidos um conjunto de indicadores e metas de execução física e financeira que permitirão à entidade gestora, aos proprietários e entidades terceira aferir o grau de concretização das ações propostas e o impacto das mesmas nomeadamente no que respeita à incidência dos incêndios na Área Integrada de Gestão da Paisagem. Considerando a vigência temporal da OIGP e os períodos de execução das ações são estabelecidos momentos de avaliação a 2 anos e de 5 em 5 anos até 20 anos.

Para a avaliação a 2 anos, são definidos como indicadores:

- A área intervencionada em cada uma das unidades de intervenção
- A execução física e financeira do investimento realizado no âmbito do PRR

Para a avaliação de 5 em 5 anos, são definidos como indicadores:

- O n.º de ignições registado em cada intervalo de tempo e a sua progressão relativamente aos períodos anteriores
- A área ardida registada em cada intervalo de tempo e a sua progressão relativamente aos períodos anteriores
- A evolução da taxa de adesão dos proprietários à OIGP

ANEXOS

Plantas:

1. Planta da ocupação do solo atual
2. Planta da ocupação do solo proposta
3. Planta das unidades de intervenção
4. Planta da situação cadastral e de adesão
5. Planta da situação cadastral e de adesão sobre a ocupação do solo proposta
6. Planta da situação cadastral e de adesão sobre as unidades de intervenção
7. Planta dos serviços dos ecossistemas
8. Planta da situação cadastral e de adesão sobre os serviços dos ecossistemas

Quadros:

1. Matriz de transformação da paisagem
 2. Identificação das Unidades de Intervenção
 3. Investimento Global Estimado em Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem
 4. Síntese do Investimento Global Estimado para a Reconversão e Valorização da Paisagem
 5. Montantes Globais Estimados para Remuneração dos Serviços de Ecossistemas
 6. Síntese com Identificação dos Proprietários, Respetivos Prédios e Modalidade de Contratos
- T1.1 Dados de Referência para Localização
- T1.2 Usos do Solo
- T1.3 Espécies Principais
- T2.1 Descrição da Componente Florestal
- T2.2 Descrição da Componente de Matos e Pastagens
- T2.3 Descrição da Componente Arbórea (UI a reverter)
- T3 Organização e Zonamento Funcional
- T4.1 Programa de Gestão e Intervenção na Componente Florestal
- T5 Programa de infraestruturas DFCL e rede viária

Outros:

1. Minuta da declaração de compromisso final